

Relatório de

TRANSIÇÃO

2010/2012

**RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO DO
CONSELHO NACIONAL DE
JUSTIÇA
(2010 – 2012)**

**MINISTRO CEZAR PELUSO
PRESIDENTE**

Apresentação

Um dos objetivos a ser perseguido pelo Poder Judiciário, a teor da Resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça, é a continuidade administrativa.

O processo de transição das gestões nos órgãos do Poder Judiciário enseja dificuldades no tocante ao acesso às informações essenciais para os planos de ação dos dirigentes eleitos e deve ser realizado com eficiência e transparência.

Por essas razões, o Conselho Nacional de Justiça criou, por meio da Portaria 609/2009 ⁽¹⁾, as regras a serem seguidas no decorrer das transições de seus dirigentes.

Segundo o disposto no referido normativo, o processo de transição tem início com a indicação do Presidente do CNJ e se encerra com a posse.

Nesse processo, o Presidente em exercício entregará ao Presidente indicado um relatório circunstanciado com os seguintes elementos básicos ⁽²⁾:

- I – planejamento estratégico;
- II – estatística processual;
- III – relatório do trabalho das comissões permanentes e dos projetos;
- IV – orçamento com especificação das ações e programas;
- V – estrutura organizacional com detalhamento do Quadro de Pessoal, cargos providos, vagos, inativos, pensionistas, cargos em comissão e funções comissionadas;
- VI – relação dos contratos em vigor e respectivos prazos de vigência, valores mensais e critérios de reajuste;
- VII – sindicâncias e processos administrativos disciplinares internos se houver;
- VIII - tomadas de contas especiais em andamento, se houver.

Sendo assim, submeto à apreciação do meu sucessor, Sua Excelência o Ministro Carlos Ayres Britto, as informações que me competem transmitir.

Brasília 14 de março de 2012.

Ministro Cezar Peluso
Presidente do Conselho Nacional de Justiça

In: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/11870:portaria-n-609-de-26-de-agosto-de-2009;>
<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/12213:resolucao-no-95-de-29-de-outubro-de-2009>

² Art. 4º, Portaria N° 609, de 26 de agosto de 2009.

Sumário

1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	7
1.1. Planejamento Estratégico do Poder Judiciário	9
1.1.1. III Encontro Nacional do Poder Judiciário (Metas para 2010)	11
1.1.2. IV Encontro Nacional do Poder Judiciário (Metas para 2011).....	12
1.1.3. V Encontro Nacional do Poder Judiciário (Metas para 2012 e 2013).....	13
1.1.4. Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação do Poder Judiciário	17
1.1.5. Elaboração de Glossário do Planejamento Estratégico do Judiciário	17
1.2. Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça	19
2. ESTATÍSTICA PROCESSUAL	27
3. RELATÓRIO DE TRABALHO DAS COMISSÕES PERMANENTES E PROJETOS	33
3.1. Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania.....	35
3.2. Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas	37
3.3. Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento	40
3.4. Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura e Planejamento Estratégico Nacional em Tecnologia da Informação (PETI)	41
3.4.1. Contextualização.....	41
3.4.2. Linhas de ação.....	41
3.4.3. Políticas	43
3.4.4. Orçamento	43
3.4.5. Doações.....	46
3.4.6. Capacitação	47
3.5. Comissão Permanente de Acompanhamento Legislativo.....	56
4. ORÇAMENTO	57
5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	65
6. CONTRATOS EM VIGOR	91
7. SINDICÂNCIAS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES INTERNOS E TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS	111
7.1. Procedimentos Preliminares.....	113
7.2. Tomadas de Contas Especiais	113
8. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	115
8.1. Comissão de Regimento Interno	117
8.2. Segurança Institucional de Magistrados	117
8.3. Comitê Gestor da Conciliação.....	117
8.4. Relatório de Gestão Fiscal	118
8.5. Relatório Anual.....	118

1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1.1. Planejamento Estratégico do Poder Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão a quem compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e dos deveres funcionais dos magistrados tem a função precípua, muito além da atividade de controle e fiscalização, de balizador de políticas públicas nacionais para o Poder Judiciário, voltadas ao seu aperfeiçoamento e ao da prestação jurisdicional.

Como órgão de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário, o CNJ tem como objetivo aperfeiçoar a prestação jurisdicional mediante o sistema integrado de gestão materializado no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, instituído pela Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, no qual foram definidos os seguintes componentes estratégicos:

Missão

Contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com Moralidade, Eficiência e Efetividade, em benefício da sociedade.

Visão

Ser um instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário.

Diretrizes

O trabalho do Conselho Nacional de Justiça compreende:

- Planejamento estratégico e proposição de políticas judiciárias;
- Modernização tecnológica do Judiciário;
- Ampliação do acesso à justiça, pacificação e responsabilidade social;
- Garantia de efetivo respeito às liberdades públicas e execuções penais.

Ainda no ano de 2009 foram definidos os indicadores alinhados aos objetivos estabelecidos no Mapa Estratégico e as respectivas metas. Também nesse período, iniciaram-se o desenvolvimento dos Planejamentos Estratégicos dos Tribunais, desdobrados do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário que, em alguns casos, adentrou o ano de 2010.

Inicialmente, planejou-se ter um conjunto de indicadores comuns no Judiciário, de forma a se manter a gestão das medições por meio de sistema único. Entretanto, em razão do desenvolvimento dos planos estratégicos dos regionais antes da definição dessa lista de indicadores e de todas as fórmulas para medição inviabilizaram essa intenção, uma vez que não se considerou producente a comparação das medições com fórmulas despadronizadas.

No período de 2010 a 2011 realizaram-se os IV e V Encontros Nacionais, nos quais foram votadas por todos os tribunais do País as Metas Nacionais para os anos de 2011, 2012 e 2013. A elaboração dessas metas manteve a convergência inicial na busca de padrões mínimos para o serviço judicial a ser entregue à sociedade, focadas em desafios anuais.

Foram estabelecidas mudanças nos procedimentos objetivando a definição das Metas Nacionais para 2012. As Subcomissões Nacionais foram constituídas por meio de eleição para representarem os diversos segmentos, cabendo a essas discutir e consolidar propostas que, posteriormente, foram apresentadas e votadas por todas as Subcomissões Nacionais e os Gestores das Metas de cada Tribunal, finalizadas na votação dos Presidentes dos Tribunais no V Encontro.

Mapa Estratégico do Poder Judiciário



MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO

Missão: Realizar Justiça

Ser reconhecido pela Sociedade como instrumento efetivo de Justiça, Equidade e de Promoção da Paz Social

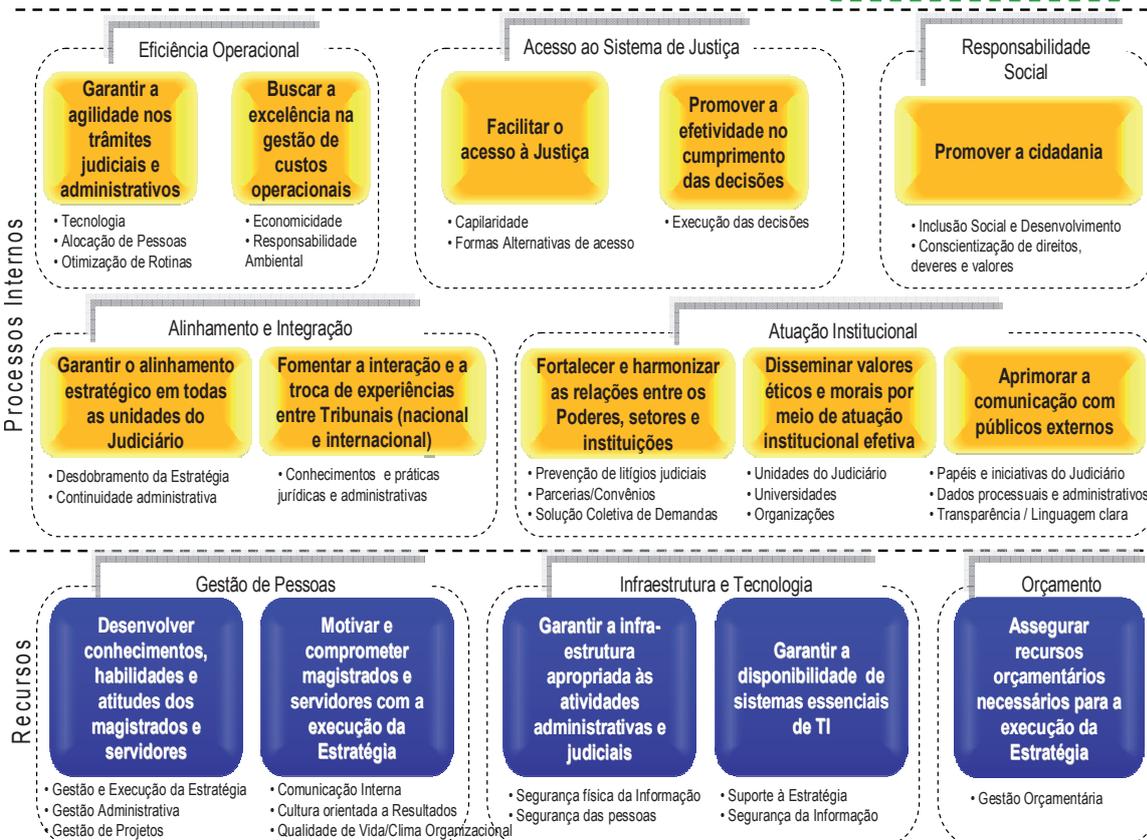
Atributos de Valor para a Sociedade

- Acessibilidade
- Celeridade
- Ética
- Imparcialidade
- Modernidade
- Probidade
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Transparência

Sociedade

Credibilidade

Processos Internos



1.1.1. III Encontro Nacional do Poder Judiciário (Metas para 2010)

O III Encontro Nacional do Judiciário, no dia 26 de fevereiro de 2010, reuniu em São Paulo/SP, todos os presidentes dos tribunais brasileiros. Neste ano, o evento teve como objetivo apresentar, discutir e aprovar novas diretrizes para o Poder Judiciário. Esta edição foi resultado dos debates realizados no III Workshop de Metas de Nivelamento, que aconteceu em Brasília/DF, em 4 de fevereiro de 2010.

Na ocasião, foram sugeridas ações para a atuação do CNJ e propostas as metas prioritárias para 2010 e para os próximos cinco anos. Sob a condução do presidente do Conselho Nacional de Justiça, participaram do evento os presidentes dos cinco tribunais superiores (STF, STJ, TSE, TST e STM), dos cinco tribunais regionais federais, dos 27 tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal, dos 24 tribunais regionais do trabalho, dos 27 tribunais regionais eleitorais e dos três tribunais militares estaduais, além de dirigentes de associações.

O III Encontro deu continuidade ao planejamento estratégico desenvolvido nas edições anteriores, que visa modernizar e aperfeiçoar o Judiciário para proporcionar mais agilidade e eficiência à tramitação de processos, melhorar a qualidade do serviço prestado e ampliar o acesso do cidadão à Justiça.

Durante o III Encontro Nacional do Judiciário, os 91 tribunais brasileiros traçaram 10 metas prioritárias e ações prioritárias para o ano 2010, objetivando proporcionar maior agilidade e eficiência à tramitação dos processos, melhorar a qualidade do serviço jurisdicional prestado e ampliar o acesso do cidadão brasileiro à justiça.

As metas prioritárias para 2010 foram assim definidas:

Meta 1: julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2010 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal;

Meta 2: julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007;

Meta 3: reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009);

Meta 4: lavrar e publicar todos os acórdãos em até dez dias após a sessão de julgamento;

Meta 5: implantar método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau;

Meta 6: reduzir a pelo menos 2% o consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência 2009);

Meta 7: disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal;

Meta 8: promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados;

Meta 9: ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior;

Meta 10: realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário.

Os resultados das medições das metas prioritárias de 2010 encontram-se no seguinte endereço eletrônico:

http://www.cnj.jus.br/images/metas_judiciario/2010/apresentacao_relatorio_final_metas_2010.pdf

1.1.2. IV Encontro Nacional do Poder Judiciário (Metas para 2011)

O IV Encontro Nacional do Poder Judiciário ocorreu no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 06 e 07 de dezembro de 2010 e foi antecipado para o ano 2010, com a finalidade de iniciar o ano de 2011 com as metas já definidas e assim, ações poderem ser executadas nos primeiros meses, objetivando facilitar o cumprimento das metas.

Estiveram reunidos todos os Presidentes e Corregedores dos Tribunais brasileiros, como também os representantes das Associações Nacionais de Magistrados, com a finalidade de avaliar a estratégia nacional, divulgar o desempenho parcial dos tribunais no cumprimento das ações, projetos e metas nacionais de 2010, definindo, por fim, as novas ações, projetos e metas nacionais para 2011.

No Encontro, foram apresentados os projetos nacionais do CNJ e realizada a entrega do 1º Premio Nacional de Conciliação, sendo que ao final, por votação dos presidentes dos tribunais, foram definidas, as metas do Poder Judiciário para 2011.

Ao se estabelecerem quatro metas para todo Judiciário, uma meta específica para a Justiça Trabalhista, Federal e Militar e duas metas específicas para a Justiça Eleitoral, com exceção da Justiça Estadual, o conjunto das metas para 2011 ficaram assim:

Meta 1: Criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2: Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de 1º Grau em cada tribunal.

Meta 3: Julgar quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.

Meta 4: Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Justiça Trabalhista

Meta 5: Criar núcleo de apoio de execução.

Justiça Eleitoral

Meta 6: Disponibilizar nos sítios dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) até dezembro de 2011 o sistema de planejamento integrado das eleições.
Meta 7: Implantar e divulgar a “carta de serviços” da Justiça Eleitoral em 100% das unidades judiciárias de 1º Grau (Zonas Eleitorais) em 2011.

Justiça Militar

Meta 8: Implantar a gestão de processos em pelo menos 50% das rotinas administrativas, visando à implementação do processo administrativo eletrônico.

Justiça Federal

Meta 9: Implantar processo eletrônico judicial e administrativo em 70% das unidades de 1º e 2º Grau até dezembro de 2011.

Assim, o CNJ ficou responsável por acompanhar, neste ano, além das metas de 2011, as 2, 3, 4, 5, 7 e 8 de 2010 e as de 2009, conservados os referenciais originais de ponto de partida e alvo, com adaptações que foram feitas no Glossário de Metas de 2011.

Os resultados das medições das metas prioritárias de 2011 encontram-se no seguinte endereço eletrônico:

http://www.cnj.jus.br/images/metas_judiciario/2011/metas%202011%20-%20geral%20-%203%20trimestre.pdf

1.1.3. V Encontro Nacional do Poder Judiciário (Metas para 2012 e 2013)

A fim de facilitar a interlocução do CNJ com os tribunais e auxiliar a aprovação, o acompanhamento do cumprimento e a avaliação de desempenho das Metas Nacionais, publicou-se a Portaria 44/GP, de 27 de maio de 2011, que constituiu a Comissão Nacional de Metas, composta pelos tribunais superiores e pelas Subcomissões da Justiça Militar, Federal, Eleitoral, Estadual e do Trabalho.

Por meio de votação realizada em sistema disponibilizado pelo CNJ, foram constituídas as Subcomissões Nacionais de Metas, compostas por cinco representantes dos segmentos da Justiça Eleitoral, Estadual e do Trabalho.

A nova configuração da gestão das metas por intermédio das Subcomissões teve como benefício permitir maior aprofundamento dos temas e mais interação entre cada ramo da justiça e o CNJ, propiciando a redação de propostas de metas e de glossários mais adequados para 2012 e 2013, com atenção às peculiaridades de cada Justiça.

Os integrantes das Subcomissões não são representantes dos demais tribunais, apenas trabalham em favor daqueles, colhendo e distribuindo informações e facilitando a comunicação com a coordenação do programa de metas nacionais.

Das reuniões com as Subcomissões de Metas Nacionais de cada segmento foram colhidas e consolidadas propostas de metas para 2012 e 2013. Essas propostas foram validadas pelos tribunais no Encontro de Gestores dias 18 e 19 de outubro de 2011.

As Propostas de Metas para 2012 e 2013 foram apresentadas no V Encontro Nacional do Poder Judiciário, dias 17 e 18 de novembro de 2011, no Rio Grande do Sul, quando os presidentes dos tribunais aprovaram 5 metas gerais e 14 específicas para 2012 e 2 gerais e 13 específicas para 2013. São elas:

Metas Gerais

	Meta 2012	Meta 2013
Meta 1	Julgar quantidade maior de processos do conhecimento do que os distribuídos em 2012	Julgar quantidade maior de processos do conhecimento do que os distribuídos em 2013
Meta 2	Julgar, até 31/12/2012 , pelo menos: 80% dos processos distribuídos em 2007 no STJ 70%, em 2009, na Justiça Militar da União 50%, em 2007, na Justiça Federal 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais 80%, em 2008, na Justiça do Trabalho 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados 90%, em 2007, nas Turmas	Julgar, até 31/12/2013 , pelo menos: 80% dos processos distribuídos em 2008 no STJ 70%, em 2010 na Justiça Militar da União 50%, em 2008, na Justiça Federal 50%, em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais 80%, em 2009, na Justiça do Trabalho 90%, em 2010, na Justiça Eleitoral 90%, em 2011, na justiça Militar dos Estados 90%, em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual

	Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual	
Meta 3	Disponibilizar para consulta pública na internet, com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitando o segredo de justiça.	-----
Meta 4	Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação.	-----
Meta 5	Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento	-----

Metas Específicas

Propostas	Meta 2012	Meta 2013
Justiça Militar Estadual	Meta 6 – Implantar sistema de videoconferência, em pelo menos uma unidade judiciária, para oitiva de testemunhas, em cooperação com outros segmentos de justiça.	Meta 3 – Julgar 90% dos recursos cíveis e criminais em até 120 dias.
Justiça Militar Estadual	Meta 7 – Implantar projeto-piloto do processo judicial eletrônico em pelo menos uma unidade judiciária	Meta 4 – Implantar o processo judicial eletrônico em 25% das unidades judiciárias.
Justiça Militar Estadual	Meta 8 – Implantar o processo eletrônico em pelo menos cinco rotinas administrativas.	-----
Justiça Militar Estadual	Meta 9 - Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em 100% das unidades judiciárias de 1º Grau	-----

Justiça Federal	Meta 10 – Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2011).	Meta 5 - Designar 10% a mais de audiências de conciliação do que as designadas no ano anterior (2012).
Justiça Federal	Meta 11 – Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 50% das turmas recursais.	Meta 6 - Implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais.
Justiça Eleitoral	Meta 12 – Realizar pesquisa sobre a qualidade da prestação dos serviços e satisfação do cidadão nos tribunais eleitorais.	Meta 7 – Modelar pelo menos cinco processos de trabalho das unidades judiciárias de 1º Grau da Justiça Eleitoral
Justiça Eleitoral	Meta 13 – Implantar, pelo menos, uma iniciativa de promoção da cidadania voltada para jovens.	Meta 8 - Implantar e divulgar a “Carta de Serviços” do 2º Grau da Justiça Eleitoral.
Justiça do Trabalho	Meta 14 – Programar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 60% das unidades judiciárias e administrativas.	Meta 9 -Implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 100% das unidades judiciárias e administrativas.
Justiça do Trabalho	Meta 15 – Capacitar, com carga-horária mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJE) e em gestão estratégica.	Meta 10 - Realizar adequação ergonômica em 100% das unidades judiciárias de 1º e 2º Grau
Justiça do Trabalho	Meta 16 - Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE) em, pelo menos, 10% das Varas de Trabalho de cada tribunal.	Meta 11 – Capacitar, com duração mínima de 20 horas, 50% dos magistrados e 50% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJE) e em gestão estratégica.
Justiça do Trabalho	Metas 17 - Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em	Mate 12 – Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE) em, pelo menos, 40% das Varas do

	relação a 2011.	Trabalho de cada tribunal.
Justiça do Trabalho	Metas 18 - Executar, até setembro de 2012, pelo menos 60% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas de pessoal.	Meta 13 – Aumentar em 15% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.
Justiça do Trabalho		Meta 14 – Executar, até setembro de 2013, pelo menos, 65% do orçamento anual disponível, excluídas as despesas com pessoal
Justiça Militar da União	Metas 19 - Desenvolver normas e política de gestão documental para a Justiça Militar da União.	Meta 15 – Desenvolver versão teste de sistema de gestão eletrônica Administrativa e Judicial

Com a definição das propostas de metas para 2013, ainda em 2011, o Judiciário passa a contemplar o fator orçamentário para alcance dos seus objetivos, podendo prever, antecipadamente, orçamento para os seus projetos estratégicos.

Para fins de lançamento de dados por parte dos tribunais, destaca-se neste ano a migração do sistema de metas para o Sistema de Controle de Acesso (SCA). O SCA também passou a ser utilizado como meio principal de comunicação do CNJ com os tribunais, em substituição gradativa ao endereço eletrônico metas@cnj.jus.br.

O sistema de divulgação de resultados de cumprimento das metas foi alterado no início do ano. Ao longo de 2010, as informações lançadas pelos tribunais eram disponibilizadas logo em seguida, por intermédio dos “processômetros”⁽³⁾. Todavia, mostrou-se muito tormentosa a análise desses dados, porque implicava a geração de múltiplos relatórios. Percebeu-se a necessidade de consolidar os dados antes da divulgação. Para que isso fosse possível, foi necessária a mudança de periodicidade dos relatórios.

O CNJ passou a gerar relatórios trimestrais e encaminhá-los aos tribunais para análise prévia, para detecção de inconsistências. Após retorno e devidos ajustes, os relatórios são divulgados no sítio do CNJ.

Além dos relatórios trimestrais, deve ser publicado o Relatório Final, previsto para fevereiro de 2012, visto que os dados relativos a dezembro de 2011 poderão ser lançados no sistema até 1º de fevereiro de 2012.

Está previsto, ainda para este ano, iniciar a preparação do sistema de votação para definição das Subcomissões Nacionais de Metas para 2012, preparar relatórios *on-line* individualizados para cada tribunal, para todas as metas, bem como preparação do sistema de coleta de dados e emissão de relatórios para as metas de 2012 e 2013.

³ “Processômetro” – Contador virtual de processos relacionados às metas de nivelamento do Poder Judiciário. In: http://www.cnj.jus.br/images/metas_judiciario/metasencontronacional.pdf

1.1.4. Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação do Poder Judiciário

A realização da Pesquisa de Clima Organizacional e de Satisfação do Poder Judiciário está inserida nas ações que buscam o alcance dos Objetivos Estratégicos definidos no Mapa Estratégico procedentes da Resolução CNJ nº 70/2009, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica do Poder Judiciário em âmbito nacional para o período de 2010-2014.

No período de 1º a 30 de setembro de 2011, foi realizada a primeira Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação do Poder Judiciário, que teve caráter nacional e abrangeu todas as unidades da federação.

A pesquisa em apreço consistiu no preenchimento de formulário eletrônico adaptado a três públicos-alvo: servidores, magistrados e público (jurisdicionado). Os resultados oficiais foram noticiados e disponibilizados no dia 5/12/2011, no portal do CNJ e mediante ofícios expedidos aos Tribunais pelo Presidente do CNJ. Anote-se que foi adotada a cautela de se publicar apenas dados gerais, com o intuito de evitar distorções e erros interpretativos. Tal medida se justifica pelo fato de a participação na pesquisa ter sido voluntária, o que poderá deturpar a representatividade por Estado.

Os dados gerados por Estado estão sendo fornecidos diretamente aos tribunais interessados, para que estes possam elaborar diagnósticos e construir políticas e iniciativas saneadoras dos eventuais problemas identificados pela pesquisa.

Embora o montante de respondentes não tenha refletido os expressivos universos de servidores, magistrados e público, os resultados observados poderão orientar preliminarmente o planejamento administrativo, orçamentário e de gestão de pessoas dos órgãos. Os benefícios imediatos deverão impactar na otimização dos processos, na melhoria do atendimento ao público e na valorização dos quadros de pessoal.

Com a experiência internalizada em 2011 e após as correções e aperfeiçoamentos metodológicos necessários, projeta-se a realização de nova pesquisa em setembro/2012. Para essa nova etapa, será dada prioridade ao incremento na estatística de participantes, em especial por meio da intensificação da publicidade, da visibilidade e da conscientização acerca da importância da pesquisa. Assim, vislumbra-se que os resultados contabilizados correspondam a cenários mais claros e possibilitem a formulação de ações que propiciem de forma consistente o enfrentamento dos desvios e fragilidades diagnosticados.

O resultado público da pesquisa, por público-alvo, poderá ser consultado no link a seguir:

<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/gestao-e-planejamento-do-judiciario/pesquisa-de-satisfacao-e-clima-organizacional>

1.1.5. Elaboração de Glossário do Planejamento Estratégico do Judiciário

A elaboração do glossário decorreu de determinação expressa do Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Cezar Peluso, no bojo do Processo Eletrônico nº 0200344-12.2009.2.00.0000, a fim de clarificar dúvidas suscitadas pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça quanto aos termos e parâmetros de medição aplicáveis aos indicadores estratégicos nacionais.

Para sua confecção, considerou-se o histórico de manifestações oriundas das unidades de gestão estratégica, assim como de outros formuladores e executores da estratégia do Poder Judiciário.

O conteúdo é inteiramente baseado no arcabouço de dúvidas colhidas dos usuários e assessores de gestão estratégica dos tribunais. Do ponto de vista

metodológico, buscou-se fundamento em material específico disponibilizado no endereço eletrônico do CNJ, que já trazia informações alusivas à medição dos quarenta e seis (46) indicadores do Plano Estratégico Nacional, respeitando-se, no que couberem, as peculiaridades contextuais da jurisdição de cada Tribunal.

Nos indicadores em que não se observou questionamentos, não se incluiu o tópico Esclarecimentos Complementares.

Outro parâmetro de orientação estabelecido no Glossário para se examinar a aplicabilidade dos indicadores nacionais equivale ao uso dos preceitos do Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário – Justiça em Números, cunhado na Resolução CNJ nº 76, de 12 de maio de 2009, bem assim aos glossários do programa de Metas Nacionais, relativos aos anos de 2010, 2011 e 2012. Sobre o Programa de Metas Nacionais, foram consideradas as metas nacionais, aplicáveis a todos os segmentos.

A primeira versão deste Glossário se reveste de caráter preliminar e será objeto de permanente revisão/reformulação. O aprimoramento deste instrumento deverá se processar de forma coletiva, ou seja, eventuais sugestões de melhoria e contribuições poderão ser apresentadas. Nesse esforço contínuo de aperfeiçoar a presente ferramenta, serão incorporadas experiências contidas nos planos estratégicos formulados pelos Tribunais, naquilo que for aplicável.

1.2. Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Justiça

Como desdobramento do Planejamento Estratégico do Judiciário, a Portaria nº 18, de 19 de fevereiro de 2010, instituiu o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2010 a 2014.

A Missão, a Visão de Futuro, o Mapa Estratégico, os Objetivos Estratégicos, os Indicadores e correspondentes Metas definidos no Plano Estratégico do CNJ guardam conexão com o documento Desdobramento da Estratégia do CNJ, anexo à Portaria nº 18/2010. A realização das RAE's no âmbito do CNJ está prevista na mesma Portaria, conforme o art. 4º a seguir transcrito:

Art. 4º As reuniões de análise estratégica realizar-se-ão trimestralmente sob a coordenação da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, com o apoio da Diretoria de Gestão Estratégica, e contarão com a participação dos titulares das áreas de negócio e de apoio do Conselho Nacional de Justiça.

Assim, promoveu-se em dezembro/2011 a 1ª RAE, com a Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento e as unidades do CNJ.

Nesta RAE privilegiou-se a revisão dos atuais indicadores estratégicos do CNJ. A revisão desencadeou ampla mudança na definição das metas e seus indicadores, fato que inviabilizou a avaliação de desempenho dos objetivos estratégicos. Tal inviabilidade se credita fundamentalmente à exclusão, à inclusão, à reformulação e a não obtenção das medições de alguns indicadores.

As mudanças implicaram na reformulação do documento Desdobramento da Estratégia do Conselho Nacional de Justiça, em razão da inclusão de indicadores que, segundo as áreas, representam com maior consistência a estratégia do Órgão. Também foram realizadas exclusões de indicadores que, por sua natureza, não estavam alinhados aos procedimentos do CNJ. Houve, ainda, a análise das metas e periodicidades estabelecidas originalmente, com grande preocupação em se definir as fórmulas para medição do desempenho dos indicadores, alterando-se algumas metas e periodicidades e revisão da redação das metas. Alguns indicadores serão analisados na próxima RAE, assim como a suspensão de algumas medições, até que sejam apresentados estudos para melhor estruturação das medições.

Em seguimento à execução da estratégia, o Exmo. Sr. Conselheiro José Guilherme Vasi Werner, em reunião no dia 09 do fevereiro de 2012 com a equipe técnica do Departamento de Gestão Estratégica, determinou que as unidades do CNJ fossem informadas sobre a necessidade de apresentação dos resultados consolidados das medições dos indicadores estratégicos referentes ao ano de 2011. Essa decisão objetiva ampla divulgação do Desempenho dos Indicadores do CNJ. A comunicação a respeito dessa deliberação realizou-se mediante memorandos específicos do DGE às unidades, cujas respostas constam dos respectivos Processos Administrativos.

Observa-se que as informações ora requeridas referem-se apenas aos indicadores definidos na versão original do Plano Estratégico, excetuando-se aqueles excluídos ou com medição suspensa, conforme deliberado por ocasião da 1ª RAE, realizada em 14 de dezembro de 2011. Entretanto, neste Relatório de Desempenho foram apresentadas as medições de 2011, conforme solicitado e, em alguns casos, também referentes aos antigos indicadores/metas excluídos e aos novos indicadores, nas hipóteses em que as unidades puderam efetuar essas medições.

Por fim, registra-se que a numeração dos indicadores, ajustada às definições da citada RAE, foram utilizadas para preparação deste documento. Também, que a inviabilidade de avaliação de desempenho dos objetivos estratégicos, identificada na 1ª RAE, reflete-se na avaliação consolidada de 2011.

Objetivo Estratégico: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos conselheiros, magistrados e servidores		
Nº	Indicador	Medição consolidada de 2011
03	<p>Percentual do orçamento de aplicado em capacitação</p> <p>Aplicar 5,10% do valor do orçamento executado em capacitação até 2014</p> <p>2011: 3,99%</p>	<p>Metas</p> <p>Sem medição (vide Nota)</p>

Nota: A Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade responsável pela medição do indicador 03, apresenta proposta e correspondente justificativa para alteração da meta, cujo assunto será abordado com a Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Orçamento e Estatística na próxima RAE.

Objetivo Estratégico: Motivar e comprometer conselheiros, magistrados e servidores com a execução da Estratégia.		
Nº	Indicador	Medição consolidada de 2011
06	<p>Índice do clima Organizacional do CNJ</p> <p>Obter 80% no índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014</p> <p>2011: 72%</p>	<p>Metas</p> <p>Sem medição (vide Nota)</p>
07	<p>Índice de absenteísmo</p> <p>Reduzir para 2% o índice de absenteísmo até 2014</p> <p>2011: 3,5%</p>	0%
08	<p>Índice de prevenção de saúde</p> <p>Atingir 100% do índice de prevenção de saúde até 2014</p> <p>2011: 100%</p>	17%

Nota: A Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade responsável pela medição do indicador 06, informa que não houve medição em razão da equipe reduzida e ao atendimento a outras demandas, tais como: reestruturação orgânica, concurso público e fórum de educação a distância.

Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades.		
Nº	Indicador	Medição consolidada de 2011
09	<p>Índice de aderência aos padrões mínimos de TI estabelecidos para o Poder Judiciário</p> <p>Atender 100% dos itens de padrões mínimos de TI, estabelecidos para o Judiciário, até 2014</p> <p>2011: 70%</p>	81,25%
10	<p>Índice de condições de trabalho no CNJ</p> <p>Atender 100% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais até 2014.</p> <p>2011: 70%</p>	Sem medição (vide Nota)

Nota: A Secretaria de Gestão de Pessoas, unidade indicada como responsável pela medição do indicador 10, informa que, considerando a descrição do Objetivo Estratégico ao qual o indicador está relacionado, não cabe a essa Secretaria essa medição. O assunto será abordado com a Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Orçamento e Estatística na próxima RAE.

Objetivo Estratégico: Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.

Nº	Indicador	Metas	Medição consolidada de 2011
11	Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia no CNJ	Elevar para 99% o índice de disponibilidade de equipamentos até 2014 2011: 96%	99,04%
12	Índice de disponibilidade de sistemas online no CNJ	Elevar para 99% o índice de disponibilização de sistemas em 2014 2011: 99%	99,58%
13	Índice de ataques externos e internos, impedidos do CNJ	Resolver pelo menos 99% dos ataques automaticamente pela infraestrutura, até 2014 2011: 96%	Sem medição (vide Nota)
14	Índice de ocorrências de segurança causadas por incidentes no ambiente computacional físico e/ou lógico que afetam a operação do negócio do CNJ	Garantir que 80% das ocorrências não afetem a operação do negócio até 2014 2011: 50%	Sem medição (vide Nota)

Nota: O Departamento de Tecnologia da Informação, unidade responsável pela medição dos indicadores 13 e 14, apresenta propostas e correspondentes justificativas para alteração das metas, cujo assunto será abordado com a Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Orçamento e Estatística na próxima RAE.

Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução dos objetivos da estratégia.

Nº	Indicador	Metas	Medição consolidada de 2011
15	Índice de orçamento estratégico	Disponibilizar 60% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas até 2014 2011: 53%	85,9%
16	Índice de execução do orçamento estratégico	Aumentar para 100% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal até 2014 2011: 96%	99,2%
17	Índice de execução do orçamento disponibilizado	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento até 2014 2011: 96%	98,8%

Objetivo Estratégico: Prevenir e corrigir desvios de conduta dos membros e órgãos do Poder Judiciário.		
Nº	Indicador	Medição consolidada de 2011
18	Número de Tribunais inspecionados	Realizar inspeção ou revisão, anualmente, em no mínimo, 5(cinco) tribunais, até 2014 2011: 5
	Metas	Sem medição

Objetivo Estratégico: Garantir o alinhamento cumprimento das deliberações do CNJ		
Nº	Indicador	Medição consolidada de 2011
22	Índice de cumprimento das deliberações do CNJ	Obter dos Tribunais 100% de informações acerca das deliberações que demandem acompanhamento, até 2014. 2011: 100%
23	Índice de cumprimento das Resoluções do CNJ	Obter dos Tribunais 100% de informações acerca das resoluções que demandem acompanhamento, até 2014. 2011: 100%

Objetivo Estratégico: Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário		
Nº	Indicador	Medição consolidada de 2011
24	Índice de conclusão de levantamento de dados, estudos e relatórios de pesquisa	Promover a publicação de dados, estudos e relatórios de pesquisa previstos no plano, observada a seguinte gradação: 2011: 70%
25	Taxa anual de projetos de pesquisas executados por pesquisas planejadas (indicador novo)	Aumentar a quantidade de projetos executados em relação ao ano anterior 2011: Qtd. ano anterior + 1
26	Total anual de produtos oriundos das atividades de assessoria do DPJ (indicador novo)	Atender, no mínimo, 70% das demandas oriundas das assessorias, excetuando-se os pedidos de pesquisa 2011: 70%
27	Taxa anual de abrangência do Sistema Justiça em Números	Acompanhar a manutenção no Sistema Justiça em Números de todos os tribunais do país e informar à Presidência do CNJ as eventuais ocorrências 100%

Objetivo Estratégico: Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário		
Nº	Indicador	Medição consolidada de 2011
	(indicador novo)	
28	Média anual por Tribunal das inconsistências do Sistema Justiça em Números apontados aos informantes (indicador novo)	2012: 100% Diminuir a taxa de inconsistência em ao menos 10% em relação ao ano anterior 2011: Taxa ano anterior – 10%
		16,2%

Objetivo Estratégico: Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário.		
Nº	Indicador	Medição consolidada de 2011
29	Índice de alcance do nívelamento nos portes de tecnologia, capacitação e automação, conforme Resolução 90	Metas Assegurar que 80% dos Tribunais estejam no nível C dos portes de tecnologia e capacitação da Resolução 90/2010, até 2014 2011: 40%
		34,07%

Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com públicos externos.		
Nº	Indicador	Medição consolidada de 2011
32	Índice de Tribunais com informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet	Metas Obter 100% dos tribunais com pelo menos 80% das informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet, até 2014 2011: 75%
33	Índice de atendimento da ouvidoria	Dar resposta a 99% das demandas da ouvidoria em até cinco dias úteis, até 2014 2011: 93%
36	Números de inserções institucionais na mídia (indicador excluído)	Aumentar o número de inserções institucionais na mídia para 27.500 até 2014 2011: 26k
35	Índice de matérias institucionais positivas e neutras (indicador excluído)	Obter 98% de matérias institucionais positivas e neutras na mídia em 2014 2011: 96,5%
		89,89%
		41k
		98,7%

Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Nº	Indicador	Metas	Medição consolidada de 2011
38	Índice de agilidade no julgamento de processos dos Conselheiros	Alcançar o percentual de 95% de processos solucionados pelos Conselheiros, em até 180 dias (Res. CNJ nº 135/2011) 2011: 90%	91,79%
39	Índice de agilidade no julgamento de processos da Corregedoria	Aumentar para 80% o percentual de processos baixados pela Corregedoria em até quatro meses, até 2014 2011: 65%	Sem medição (vide Nota)
41	Índice de processos antigos dos conselheiros	Obter dos Gabinetes dos Conselheiros, dados de arquivamento de processos distribuídos e pendentes, do segundo ano anterior ao ano em curso, até 2014 2011: 2%	7,04%
43	Índice de cumprimento da Resolução 135/2011	Julgar 95% dos PADs em 140 dias (prazo padrão), até 2014 2011: 40%	0%

Nota: A Secretaria Processual, unidade responsável pela medição do indicador 39, informa que aguarda posicionamento da Corregedoria Nacional de Justiça acerca da análise deste indicador e correspondente meta, a fim de realizar essa medição.

Objetivo Estratégico: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Nº	Indicador	Metas	Medição consolidada de 2011
47	Redução do consumo de material de insumos per capita	Reduzir em 50% o valor destinado ao consumo de insumos, até 2014 2011: 20%	Sem medição (vide nota)
48	Redução nas despesas de combustível	Reduzir em 30% o consumo de combustível, em litros, até 2014 2011: 15%	Sem medição (vide nota)
49	Redução nas despesas de telefonia	Reduzir em 30% o valor da despesa com telefonia, até 2014 2011: 15%	Sem medição (vide nota)
50	Redução do consumo de água e energia per capita	Reduzir em 30% o consumo de água e energia (kW e m3), per capita, até 2014 2011: 15%	Sem medição (vide nota)

Nota: A Diretoria-Geral, unidade responsável pela medição dos indicadores 47, 48, 49 e 50, apresenta justificativa pela ausência de medição desses indicadores, assunto que será tratado pela Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Orçamento e Estatística na próxima RAE.

RESPONSÁVEIS PELAS MEDIÇÕES

Nº	Nome Indicador	Unidade Responsável	
		Sigla	Nome
01	Índice de capacitação do Poder Judiciário em EAD nas competências estratégicas	SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
02	Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação	SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
03	Percentual do orçamento de aplicado em capacitação	SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
04	Índice de capacitação para Servidores	SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
05	Índice de capacitação para Gestores	SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
06	Índice do clima Organizacional do CNJ	SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
07	Índice de absenteísmo	SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
08	Índice de prevenção de saúde	SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
09	Índice de aderência aos padrões mínimos de TI estabelecidos para o Poder Judiciário	DTI	Departamento de Tecnologia da Informação
10	Índice de condições de trabalho no CNJ	SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
11	Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia no CNJ	DTI	Departamento de Tecnologia da Informação
12	Índice de disponibilidade de sistemas on-line no CNJ	DTI	Departamento de Tecnologia da Informação
13	Índice de ataques externos e internos, impedidos do CNJ	DTI	Departamento de Tecnologia da Informação
14	Índice de ocorrências de segurança causadas por incidentes no ambiente computacional físico e/ou lógico que afetam a operação do negócio do CNJ	DTI	Departamento de Tecnologia da Informação
15	Índice de orçamento estratégico	DG	Diretoria-Geral
16	Índice de execução do orçamento estratégico	DG	Diretoria-Geral
17	Índice de execução do orçamento disponibilizado	DG	Diretoria-Geral
18	Número de Tribunais inspecionados	CN	Corregedoria Geral de Justiça
19	Transparência das ações correcionais	CN	Corregedoria Geral de Justiça
20	Planejamento das Correições	CN	Corregedoria Geral de Justiça
21	Índice de maturidade em gerenciamento de projetos	DGE	Departamento de Gestão Estratégica
22	Índice de cumprimento das deliberações do CNJ	SPR	Secretaria Processual
23	Índice de cumprimento das Resoluções do CNJ	SPR	Secretaria Processual
24	Índice de conclusão de levantamento de dados, estudos e relatórios de pesquisa	DPJ	Departamento de Pesquisas Judiciárias
25	Taxa anual de projetos de pesquisas executados por pesquisas planejadas	DPJ	Departamento de Pesquisas Judiciárias
26	Total anual de produtos oriundos das atividades de assessoria do DPJ	DPJ	Departamento de Pesquisas Judiciárias

Nº	Nome Indicador	Unidade Responsável	
		Sigla	Nome
27	Taxa anual de abrangência do Sistema Justiça em Números	DPJ	Departamento de Pesquisas Judiciárias
28	Média anual por Tribunal das inconsistências do Sistema Justiça em Números apontados aos informantes	DPJ	Departamento de Pesquisas Judiciárias
29	Índice de alcance do nivelamento nos portes de tecnologia, capacitação e automação, conforme Resolução 90	DTI	Departamento de Tecnologia da Informação
30	Índice de práticas validadas	DGE	Departamento de Gestão Estratégica
31	Índice de parcerias com resultados concretos com os demais poderes, setores e instituições	SG	Secretaria-Geral
32	Índice de Tribunais com informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na Internet	DOR	Departamento Acompanhamento Orçamentário
33	Índice de atendimento da ouvidoria	OUV	Ouvidoria
34	Índice de comunicação de massa	SCS	Secretaria de Comunicação Social
35	Índice de comunicação em mídias virtuais	SCS	Secretaria de Comunicação Social
36	Número de ações de promoção de valores éticos e morais	SG	Secretaria-Geral
37	Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais	SG	Secretaria-Geral
38	Índice de agilidade no julgamento de processos dos Conselheiros	SPR	Secretaria Processual
39	Índice de agilidade no julgamento de processos da Corregedoria	SPR	Secretaria Processual
40	Adequação dos processos à estratégia	DGE	Departamento de Gestão Estratégica
41	Índice de processos antigos dos conselheiros	SPR	Secretaria Processual
42	Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	DG	Diretoria-Geral
43	Índice de cumprimento da Resolução 135/2011	SPR	Secretaria Processual
44	Taxa de Procedimentos em andamento	CN	Corregedoria Geral de Justiça
45	Estruturação do setor de precatórios	CN	Corregedoria Geral de Justiça
46	Índice de agilidade na movimentação dos Procedimentos	CN	Corregedoria Geral de Justiça
47	Redução do consumo de material de insumos per capita	DG	Corregedoria Geral de Justiça
48	Redução nas despesas de combustível	DG	Diretoria-Geral
49	Redução nas despesas de telefonia	DG	Diretoria-Geral
50	Redução do consumo de água e energia per capita	DG	Diretoria-Geral
51	Índice de satisfação do cliente do CNJ quanto ao atendimento	DGE	Departamento de Gestão Estratégica

2. ESTATÍSTICA PROCESSUAL

2. Estatística Processual

CLASSE	RESÍDUO EM 31/12/2010	AUTUADOS EM 2011	ARQUIVADOS EM 2011	PENDENTES EM 31/12/2011	AUTUADOS EM 2012	ARQUIVADOS EM 2012 (ATÉ 05/3)	PENDENTES EM 05/3/2012
REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO	1275	2019	2244	1050	263	243	1070
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CORREGEDORIA	563	1113	897	779	179	88	870
RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR	574	679	706	547	75	110	512
PETIÇÃO AVULSA - CORREGEDORIA	242	602	601	243	132	71	304
PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO	249	451	431	269	49	51	267
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO	235	735	712	258	104	110	252
ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO	76	48	62	62	6	11	57
SINDICÂNCIA	47	29	19	57	0	3	54
REVISÃO DISCIPLINAR - CONSELHEIRO	47	46	47	46	7	10	43
CONSULTA	36	117	115	38	12	12	38
INSPEÇÃO	23	1	0	24	1	0	25

CLASSE	RESÍDUO EM 31/12/2010	AUTUADOS EM 2011	ARQUIVADOS EM 2011	PENDENTES EM 31/12/2011	AUTUADOS EM 2012	ARQUIVADOS EM 2012 (ATÉ 05/3)	PENDENTES EM 05/3/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	29	9	11	27	1	5	23
ACOMPANHAMENTO DE CUMPRIMENTO DE DECISÃO - CORREGEDORIA	14	6	1	19	0	0	19
ATO NORMATIVO	25	27	36	16	2	1	17
COMISSÃO	19	16	16	19	1	3	17
RECLAMAÇÃO PARA GARANTIA DAS DECISÕES	13	33	31	15	5	4	16
ACOMPANHAMENTO DE RESOLUÇÃO	20	0	8	12	0	0	12
AVOCAÇÃO	3	4	2	5	0	0	5
PETIÇÃO AVULSA - SECRETARIA	34	61	92	3	1	0	4
PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI	3	29	26	6	0	3	3
ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO E DE IMPEDIMENTO	0	6	4	2	0	0	2
ACOMPANHAMENTO DE RECOMENDAÇÃO	1	0	0	1	0	0	1
CORREIÇÃO	1	0	0	1	0	0	1

CLASSE	RESÍDUO EM 31/12/2010	AUTUADOS EM 2011	ARQUIVADOS EM 2011	PENDENTES EM 31/12/2011	AUTUADOS EM 2012	ARQUIVADOS EM 2012 (ATÉ 05/3)	PENDENTES EM 05/3/2012
NOTA TÉCNICA	1	1	2	0	1	0	1
DOCUMENTO AVULSO - CORREGEDORIA	1	0	1	0	0	0	0
DOCUMENTO AVULSO - SECRETARIA	1	0	1	0	0	0	0
EXPEDIENTES DIVERSOS	1	0	1	0	0	0	0
PROCESSO DE REVISÃO DISCIPLINAR - CORREGEDORIA	2	0	2	0	0	0	0
PROPOSTA RESOLUÇÃO / RECOMENDAÇÃO / ATO NORMATIVO	1	0	1	0	0	0	0
TOTAL	3536	6032	6069	3499	839	725	3613

3. RELATÓRIO DE TRABALHO DAS COMISSÕES PERMANENTES E PROJETOS

3.1. Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania

Integrantes:

Presidente: Conselheiro **Ney José de Freitas**
Conselheiro **Silvio Luís Ferreira da Rocha**
Conselheiro **José Roberto Neves Amorim**
Conselheiro **Jorge Hélio Chaves de Oliveira**

Em 28 de setembro de 2011, foi realizada a 1ª reunião dos Conselheiros integrantes da Comissão de Acesso à Justiça. Presentes os Conselheiros Ney José de Freitas, Neves Amorim, Jorge Hélio e José Vasi Werner, este representando o Comitê Gestor da Conciliação, quando foi discutida a distribuição dos projetos existentes. O Conselheiro Neves Amorim ficou responsável pelo projeto da Conciliação; o Conselheiro Vasi Werner pelo projeto dos Juizados Especiais e o Conselheiro Jorge Hélio pelas Casas de Justiça e Cidadania.

Em 13 de dezembro de 2011, ocorreu a 2ª reunião da Comissão de Acesso, desta vez com as juízas convocadas para auxílio nos projetos, Dr^{as}. Luciane Bortoleto e Adriana Sena. Na ocasião, foram identificados os projetos prioritários para a Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania:

- a. Fórum da Saúde
- b. Projeto da Cooperação Judiciária
- c. Nossas Crianças
- d. Lei Maria da Penha
- e. Tráfico de Pessoas
- f. UPP's
- g. Movimento pela Conciliação
- h. Juizados Especiais

Dentre os projetos da Comissão, o Conselheiro Ney José de Freitas ficou responsável:

PELO FÓRUM NACIONAL DO JUDICIÁRIO PARA MONITORAMENTO E RESOLUÇÃO DAS DEMANDAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

- a. O Fórum realiza reuniões periódicas com os Comitês Estaduais, constituídos por juizes de direito e federais, membros do Ministério Público estadual e federal, gestores da saúde, membros da AGU, Defensoria Pública, advogados e especialistas, de modo a criar um ambiente de discussão e sugestão de soluções para o problema da judicialização da saúde no Brasil.
- b. O Fórum foi criado pela Resolução CNJ n. 107, que instituiu um sistema de controle das ações relativas à saúde no Brasil. O sistema será aprimorado ao longo do próximo ano.
- c. No 2º semestre de 2011, foram realizadas 2 reuniões com o Comitê Nacional da Saúde, composto por um grupo de especialistas que assessora o Conselheiro na condução dos trabalhos do Fórum.
- d. Também foi realizada, nos últimos dias 6 e 7 de dezembro, a II Reunião Nacional dos Comitês Estaduais, em Brasília, no Conselho da Justiça Federal. Do evento serão publicados enunciados produzidos pelos comitês estaduais ao longo do evento.

PELO PROJETO LEI MARIA DA PENHA

- a. O projeto dispõe-se a criar condições para efetivação da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), cujas políticas públicas direcionam-se para o estímulo à criação de novas unidades jurisdicionais especializadas, capacitação de magistrados e estendendo-se às parcerias institucionais em nível nacional, com outros órgãos de governo, e também internacional.
- b. Um dos Fóruns de discussão mais importantes do projeto é a Jornada Maria da Penha, que deverá ocorrer em abril do próximo ano, e tem por objetivo a discussão de que questões controversas na aplicação da Lei, estabelecer parcerias institucionais, dentre outros.
- c. Um dos principais objetivos do projeto no próximo ano será a parametrização das informações com as Tabelas Unificadas do Poder Judiciário, de modo a que se consiga realizar um diagnóstico preciso das ações judiciais existente no Brasil hoje.
- d. Foram realizadas 2 reuniões de trabalho com a Juíza convocada para auxiliar o conselheiro no projeto, Dra. Luciane Bortoleto, em 09.11.2011 e 13.12.2011, em que foram tomadas providências, dentre outros, sobre o termo de cooperação técnica n. 31/11, assinado entre CNJ, Enfam, Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Fonavid (Fórum Nacional para a Violência Doméstica) e ONU Mulheres.

PELA CAMPANHA PELO ENFRENTAMENTO À IMPUNIDADE E À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em reunião ocorrida, no dia 09.11.2011, com diversas autoridades, foram acertados os termos do acordo, posteriormente assinado pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Ministro de Estado da Justiça, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça e pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça, com vistas a fortalecer a implementação da Lei Maria da Penha, formular e divulgar as ações de enfrentamento à impunidade e à violência contra as mulheres.

PROJETO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

- a. O projeto é impulsionado pela Recomendação n. 35, aprovada pelo Plenário do CNJ.
- b. Foram realizadas reuniões em Porto Alegre (26.10.2011) e em Brasília (09.12.2011). O calendário de visita aos estados no ano de 2012 já foi definido.

3.2. Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas

Integrantes:

Presidente: Conselheiro **José Lúcio Munhoz**
 Conselheiro **Jefferson Luís Kravchychyn**
 Conselheiro **Gilberto Valente Martins**

À Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas foi atribuída a competência de estudo e direcionamento de ações, desenvolvimento de projetos de conhecimento, habilidade e atitudes – tanto dos magistrados como de servidores, por meio de capacitação, essenciais à execução da estratégia e à motivação, sem descuidar da qualidade de vida, bem como adoção de medidas, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, com o objetivo de:

- Racionalização judicial;
- Simplificação recursal;
- Otimização de rotinas;
- Melhor alocação de pessoas;
- Aproveitamento de novas tecnologias para automação dos processos de trabalho;
- Gestão adequada de custos operacionais e;
- Padronização de estruturas organizacionais.

Para consecução das atividades, os membros da Comissão dividiram as atribuições, como forma de viabilizar a análise dos temas, para posterior aprovação dos resultados obtidos e das medidas necessárias para a satisfação pretendida.

Conselheiro José Lucio Munhoz

RESOLUÇÃO DAS ESCOLAS DA MAGISTRATURA

Aperfeiçoamento da Resolução nº 126/CNJ. Relacionamento e parcerias com as escolas na capacitação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

ESCOLAS OU FORMAÇÃO DE SERVIDORES

Possibilidade de regulamentação.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Eventual modificação da Resolução nº 88/CNJ.

CONCURSO IDÉIA LEGAL

Promoção de concurso ou consulta aos juízes para que apresentem propostas legislativas que melhorem ou simplifiquem o sistema processual ou o Direito Material, em diversas áreas: Processo Civil, Direito Trabalhista, etc.

PRESTADORES DE SERVIÇOS PERANTE O CNJ

Questão dos terceirizados que atuam no CNJ. Problemas e possíveis sugestões.

RESOLUÇÃO SOBRE CONSULTA PÚBLICA

Proposta para vincular a edição de atos normativos à prévia realização de consulta pública.

***PROCESSO Nº 0000573-48.2012.2.00.0000**

Proposta finalizada e submetida à apreciação dos Tribunais Superiores, Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal, Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

CONCURSO PÚBLICO PARA MAGISTRATURA

Estudo sobre a possibilidade de alteração da Resolução nº 75/CNJ.

PAGAMENTO DE PASSIVOS A MAGISTRADOS E SERVIDORES

Estudo sobre a possibilidade de edição de Resolução com vistas a regulamentar o pagamento dos passivos a magistrados e servidores.

REVISÃO ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E MAGISTRADOS

Possibilidade de normatização para que os Tribunais regulamentem a questão relativa a revisão anual da remuneração dos servidores e magistrados

TETO REMUNERATÓRIO:

Possibilidade de revisão das Resoluções nº 13 e 14 do CNJ.

Conselheiro Jefferson Kravchychyn

COMPENSAÇÃO DE PLANTÕES DOS JUÍZES

Eventual regulamentação disciplinando os plantões de juízes. Texto submetido aos demais membros da Comissão para avaliação.

REGULAMENTAÇÃO DAS CUSTAS JUDICIAIS NO JUDICIÁRIO

Eventual proposta legislativa ou Recomendação.

PREVIDÊNCIA DOS MAGISTRADOS

Estudo e sugestão de medidas, regulamentação ou proposta administrativa, considerando a possibilidade de alteração.

ESCOLHA DIRETOR DE SECRETARIA

Proposta para regulamentação de critérios para a indicação e nomeação dos diretores de secretaria no âmbito da justiça do trabalho.

*** Processo nº 0004633-69.2009.2.00.0000**

Proposta de Resolução finalizada e encaminhada para aprovação em Plenário na 142ª Sessão Ordinária.

Conselheiro Gilberto Valente

ESTÍMULO AO NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL

Possibilidade de elaboração de projeto-piloto. Experiência do TRT/MG e TRT/BA, em que um núcleo, coordenado por um juiz, investiga as alterações contratuais e societárias dos devedores, dando pareceres aos juízes a respeito da transferência e localização patrimonial dos executados. Juiz da causa acolhe ou não o parecer. Estimular essa experiência a nível nacional, criando uma rede de inteligência e investigação patrimonial.

DIREÇÃO DE FORO:

Proposta de regulamentação.

PAGAMENTO DE ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO PARA OS MAGISTRADOS

Proposta de regulamentação encaminhada pelo Corregedor-Geral da Justiça Federal.

PADRONIZAÇÃO ALVARÁ JUDICIAL

Proposta de regulamentação.

Composição e eleição do Órgão Especial dos Tribunais: Revisão da Resolução 16/CNJ.

3.3. Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento

Integrantes:

Presidente: **Ministro Cezar Peluso**
Ministro Conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula
Conselheiro José Guilherme Vasi Werner
Conselheiro Bruno Dantas Nascimento
Conselheiro Marcelo R. Nobre

Em 14 de dezembro de 2011 ocorreu a Reunião de Avaliação Estratégica (RAE) visando à avaliação do desempenho do conjunto de indicadores alinhados aos objetivos previstos no Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça. Também foram apresentadas as medições coletadas das unidades do CNJ e as sugestões de alteração, exclusão e inclusão de indicadores vinculados a cada área, instruídos com as correspondentes justificativas.

Em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2012, foram examinados os assuntos abordados nos Processos Administrativos nº 3466-15 e 3468-92 que dizem respeito à 1ª versão do Glossário dos Indicadores do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e definiram-se as próximas etapas da Reunião de Análise da Estratégia (RAE).

No dia 15 de fevereiro de 2012 a Comissão Permanente aprovou o plano de trabalho e cronograma de visitas aos Tribunais de Justiça do Estado de São Paulo e da Bahia, visando o acompanhamento e troca de experiências entre as gestões estratégicas desses Tribunais em face do Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário.

A 2ª RAE será realizada no próximo dia 19 de abril de 2012.

3.4. Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura e Planejamento Estratégico Nacional em Tecnologia da Informação (PETI)

Integrantes:

Presidente: Ministro **Cezar Peluso**
Conselheiro **Gilberto Valente Martins**
Conselheiro **Wellington Cabral Saraiva**
Conselheiro **Silvio Luís Ferreira da Rocha**

3.4.1. Contextualização

A Comissão Permanente de Informatização, Modernização e Projetos Especiais é composta por 3 (três) Conselheiros e presidida pelo Exmo. Sr. Ministro Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Funciona desde junho de 2009 e posteriormente teve sua denominação alterada para Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura (Portaria nº 87/2011).

Tem a missão de formular propostas com o objetivo de estabelecer parâmetros nacionais de informatização aos setores do Poder Judiciário brasileiro, de modo a promover níveis crescentes de qualidade, eficiência, transparência, interoperabilidade e acesso à Justiça, sem prejuízo da autonomia e independência dos respectivos núcleos já existentes.

Também é função da Comissão propor padrões para o aperfeiçoamento da análise das informações e dos dados estatísticos para intercâmbio e gerenciamento entre os sistemas do Poder Judiciário.

Destaca-se como objetivo primordial o incentivo ao uso de novas tecnologias a serviço dos cidadãos, advogados, magistrados e serventuários da Justiça, com o propósito de combater a morosidade e proporcionar maior celeridade processual.

Para apoiar seus trabalhos, a Comissão conta com a ajuda de juízes auxiliares, com o Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – CNG-TI (Portaria nº 222/2010) e o executor é o Departamento de TI – DTI do CNJ.

O início da formalização se deu com a Portaria nº 361, de 28 de agosto de 2008, que criou o Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário, com o objetivo de diagnosticar a situação de toda a rede informatizada e apresentar sugestões para padronização e integração.

Foi elaborado pelo DTI do CNJ, a partir de sugestão do Comitê, um diagnóstico sobre a situação de TI do Judiciário brasileiro, que revelou o nível de informatização dos Tribunais e de cada ramo do Judiciário brasileiro.

3.4.2. Linhas de ação

O Conselho vem estruturando a área de TI do Poder Judiciário com a publicação de resoluções.

Nesse contexto, se inserem, dentre outras, a Resolução nº 90/CNJ, que estabeleceu parâmetros mínimos de nivelamento na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, a serem alcançados por todos os Tribunais do país no prazo máximo de 5 (cinco) anos, sendo, pelo menos, 20 % (vinte por cento) a cada

ano; a Resolução nº 91/CNJ, que definiu o Modelo de Requisitos de Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário e a Resolução nº 99/CNJ, que publicou o Planejamento Estratégico de TI para o Poder Judiciário e estabeleceu que todos os Tribunais deveriam publicar seus planejamentos estratégicos de TI. (fig.1)



Com base nos dados levantados a partir do Questionário de Governança de TI, o CNJ iniciou a criação de políticas para a área de TI do Poder Judiciário. A pesquisa tem sido realizada anualmente, com um número cada vez maior de dados e tem servido para apoiar as políticas capitaneadas pela Comissão de TI.

Em 3 de dezembro, a Portaria nº 222/2010 criou o Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – CNG-TI. O Comitê é formado por magistrados, diretores e secretários de TI de diversos órgãos do Judiciário, tem as atribuições de auxiliar a Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura do CNJ, promover estudos, propor ao Conselho critérios para orientar a política de aquisição de bens e serviços alusivos à área de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário, bem como propor políticas adequadas no que diz respeito à segurança da informação, além de estabelecer padrões de interoperabilidade entre sistemas, incentivar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do processo eletrônico judicial e administrativo, planejar a capacitação de colaboradores, servidores e magistrados em TI, identificar novas tecnologias e prestar os subsídios técnicos requisitados pelo CNJ.

3.4.3. Políticas

O CNG-TI, os juízes auxiliares e o DTI têm apresentado sugestões à Comissão e políticas vem sendo estabelecidas. Destacam-se:

Política de modernização – nivelamento de TI dos Tribunais por meio de doação de equipamentos, baseada em critérios estabelecidos a partir de levantamentos colhidos pelo questionário de governança de TI;

Política de capacitação de TI – identificação de necessidades e de cursos a serem ministrados para servidores de diversos Tribunais, com a execução centralizada em Brasília.

Os dados colhidos pelo questionário de governança de TI servem para definir estratégias na área de tecnologia de informação, focando esforços nas regiões em que o tema está menos desenvolvido e de subsídios para que o CNJ desenvolva sistemas que agilizem o julgamento dos processos. Tal diagnóstico está em constante evolução e aperfeiçoamento, permitindo o acompanhamento das alterações das situações de TI dos Tribunais.

3.4.4. Orçamento

A comissão tem sob sua responsabilidade a execução da maior parte do orçamento do CNJ. Em 2012, o orçamento do Conselho está definido em R\$ 235.842.984,00 e o do DTI em R\$ 152.799.191,00 o que corresponde a 64,8 % do total. Por rubrica, abaixo a situação orçamentária no momento:

ORÇAMENTO 2012 - Modernização

Ação: Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira

1 - CUSTEIO: R\$ 17.477.997,00 (15.600.000,00 + 1.877.997,00)

ITEM	DEMANDA	AÇÕES COMPROMETIDAS	OBSERVAÇÕES	
1	Rede do Judiciário - INFOVIA	5.203.684,41	Contrato n. 48/2010	
2	Serviços para Central Nacional de Informações Processuais - CNIP	3.580.806,00		
3	Prestação de serviços de suporte em Tecnologia da Informação - suporte /postos	2.513.083,75	24/2010	

4	Suporte técnico presencial a usuários de soluções de tecnologia da Informação - HD	1.359.866,67	49/2011	
5	Atualização de versão/suporte de software de BO . 2º T.A.	3.966,00	47/2008	Até 05/2012
TOTAL PARA DESPESAS CORRENTES		12.661.406,83		
			2.938.593,17	Disponível

2 - INVESTIMENTO: R\$ 39.794.194,00 (27.000.000,00 + 12.794.194,00)

ITEM	DEMANDA	AÇÕES COMPROMETIDAS	OBSERVAÇÕES
1	Aquisição de ferramenta de service desk e processos de automação ITIL	2.000.000,00	
2	Modernização das áreas de infraestrutura e comunicação e renovação do parque tecnológico do Poder Judiciário		
TOTAL PARA DESPESAS DE CAPITAL		2.000.000,00	
			Disponível
			25.000.000,00

DOTAÇÃO LEI ORÇAMENTÁRIA		
RESUMO	CNJ	Emenda TJMT
CUSTEIO	15.600.000,00	1.877.997,00
INVESTIMENTOS	27.000.000,00	12.794.194,00
TOTAL	42.600.000,00	14.672.191,00

Disponível nesta Conta

27.938.593,17

ORÇAMENTO 2012 - E-Jus

Ação: Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional do Poder Judiciário (e-jus)

1 - CUSTEIO: R\$ 42.434.500,00

ITEM	DEMANDA	AÇÕES COMPROMETIDAS	OBSERVAÇÕES
1	Prestação de serviço de manutenção e sustentabilidade dos sistemas CNJ - Postos	10.032.617,04	Contrato 49/2011.
2	Prestação de serviço de suporte on-site para solução de armazenamento e backup	239.000,00	Contrato 58/2009
3	Capacitação Nacional em Governança de TI	560.672,00	Informação nº 70/2011
4	Transferência de recursos - Destaque - Acordo de Cooperação com o TRF5	1.201.577,18	Acordo de Cooperação técnica.
5	Repasse aos tribunais participantes do e-jus (Crédito Suplementar)	22.000.000,00	% do CNJ
6	Sala-cofre (suporte e treinamento)	950.000,00	Informação nº 103/2011
7	Manutenção e suporte técnico de softwares - fábrica	9.335.907,55	
8	Aquisição de suporte do Data Center, conforme cronograma físico-financeiro	355.871,19	
9	Valor para pagamento de diárias nacionais no exercício de 2012 (E-jus)	50.000,00	
10	Emissão de certificados digitais. Despacho nº 1/SG/2011.	200,00	
TOTAL PARA DESPESAS CORRENTES		44.725.844,96	
		-2.291.344,96	SALDO DISPONÍVEL

2 - INVESTIMENTO: R\$ 53.092.500,00

ITEM	DEMANDA	AÇÕES COMPROMETIDAS	OBSERVAÇÕES
1	Contratação de fábrica de software	6.750.000,00	a ser licitado
2	Transferência de recursos - Destaque - Acordo de Cooperação com o TRF5		
3	Repasse aos Tribunais participantes do E-jus (Crédito Suplementar)	44.673.000,00	
TOTAL PARA DESPESAS DE CAPITAL		51.423.000,00	% CNJ
		8.419.500,00	SALDO DISPONÍVEL

DOTAÇÃO LEI ORÇAMENTÁRIA			
RESUMO	PLOA	CÁLCULO REPASSE AOS TRIBUNAIS	Dotação CNJ
CUSTEIO	42.434.500,00	22.000.000,00	20.434.500,00
INVESTIMENTOS	53.092.500,00	44.673.000,00	8.419.500,00
TOTAL	95.527.000,00	66.673.000,00	28.854.000,00

6.128.155,04

Disponível nesta Conta

Disponibilidade Total: R\$ 34.066.748,21

3.4.5. Doações

Desde o início foram doados equipamentos e sistemas para os membros do Poder Judiciário. Segue demonstração:

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA					
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					
Doações - 2009 a 2011					
Esfera	Micros	No-breaks	Scanners	Impressoras	Multifuncionais
Eleitorais	3647	3647	198	0	0
Estaduais	25035	23532	9302	59	103
Superiores	418	468	352	0	0
Federais	6562	5689	2350	0	0
Trabalhistas	1891	1596	1246	0	0
Militares	138	128	60	9	5
TOTAL	37.691	35.060	13.508	68	108
QUANTIDADE TOTAL DE EQUIPAMENTOS DOADOS: 86.435					
Esfera	Micros	No-breaks	Scanners	Impressoras	Multifuncionais
Eleitorais	R\$ 5.600.916,72	R\$ 638.225,00	R\$ 154.556,82	R\$ -	R\$ -

Estaduais	R\$ 25.619.232,88	R\$ 4.440.384,90	R\$ 7.666.229,24	R\$ 114.721,96	R\$ 219.390,00
Superiores	R\$ 647.784,00	R\$ 82.552,50	R\$ 296.279,18	R\$ -	R\$ -
Federais	R\$ 10.077.657,12	R\$ 995.575,00	R\$ 1.834.386,50	R\$ -	R\$ -
Trabalhistas	R\$ 2.915.146,32	R\$ 280.532,50	R\$ 972.615,14	R\$ -	R\$ -
Militares	R\$ 206.304,48	R\$ 23.487,50	R\$ 58.027,14	R\$ 17.499,96	R\$ 10.650,00
TOTAL	R\$ 45.067.041,52	R\$ 6.460.757,40	R\$ 10.982.094,02	R\$ 132.221,92	R\$ 230.040,00
VALOR TOTAL DOADO EM EQUIPAMENTOS: R\$ 62.872.154,86					

3.4.6. Capacitação

A partir dos dados do questionário de governança de TI foram levantadas as necessidades de treinamentos e identificados os cursos para suprir as deficiências. Conforme segue:

Cursos de Capacitação	
<i>Curso</i>	<i>Servidores Treinados</i>
Análise de Ponto de Função	87
Certificação Digital	89
ITIL	110
Gerenciamento de Projetos	112
Gerenciamento de Requisitos	111
IN04	90
Segurança da Informação	102
Total de Treinados	701

3.4.7. Programas / Projetos

Para atingir as metas do planejamento estratégico de TIC e atender as Metas anuais estabelecidas pelos Presidentes de Tribunais, assim como para atender as recomendações emanadas da Comissão, o DTI desenvolve gerencia e dá manutenção a diversos sistemas, dentre os quais se destacam:

a. Processo Judicial Eletrônico (PJe)

O sistema Processo Judicial eletrônico (PJe) é um *software* elaborado pelo CNJ a partir de experiências e com a colaboração de diversos Tribunais brasileiros.

O objetivo principal do CNJ é manter um sistema de processo judicial eletrônico capaz de permitir a prática de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual diretamente no sistema, assim como o acompanhamento desse processo judicial, independentemente de o processo tramitar na Justiça Federal, Estadual, Militar dos Estados e do Trabalho.

Além disso, o CNJ pretende convergir os esforços dos Tribunais brasileiros para a adoção de uma solução única, gratuita para os próprios Tribunais e atenta para requisitos importantes de segurança e de interoperabilidade, racionalizando gastos com elaboração e aquisição de softwares e permitindo o emprego desses valores financeiros e de pessoal em atividades mais dirigidas à finalidade do Judiciário: resolver os conflitos.

b. Central Nacional de Informações Processuais (CNIP)

Os Tribunais brasileiros possuem entre si distintos sistemas de Informação para automação de sua atividade finalística, o que dificulta a coleta de dados, a construção de conhecimento e a melhoria do Sistema Judicial. Os níveis de dependência dos processos de trabalho aos sistemas informatizados exigem que um ambiente destinado a hospedar tais ativos possua alto nível de disponibilidade. O valor das informações a serem protegidas, por sua vez, exige a construção de ambiente com elevado nível de proteção contra incidentes.

O CNJ conta hoje com 47 sistemas em produção e um crescimento anual de 17,2% em relação ao desenvolvimento de sistemas. A atual capacidade para entregar resultados é amplamente inferior às demandas, mesmo quando considerando o apoio de empresas terceirizadas. Não existe homogeneidade e integração entre os sistemas existentes de administração dos processos judiciais, além de forte carência de sistemas gerenciais adequados em todos os níveis de funcionamento.

Com o intuito de atender essa demanda, o CNJ optou pela implantação da CNIP, com o propósito de integrar as bases de dados do CNJ e de todos os Tribunais brasileiros, independente da instância de cada processo.

As funcionalidades previstas para a referida Central são:

- Disponibilizar em ponto único consulta de informações processuais de todos os Tribunais brasileiros, em que estarão envolvidos o CNJ e a unidade de informática de todos os Tribunais.
- Permitir emissão de certidões com validade nacional, por meio da disponibilização de um ponto único a emissão de certidões, com validade nacional, de todos os Tribunais brasileiros.
- Geração de dados estatísticos sobre processos judiciais de forma centralizada com uma interface única de acesso, consolidando informações de todos os Tribunais brasileiros (Jurimetria).

Destaque-se que a solução definida está alinhada com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário para o período de 2009 a 2012 (Resolução nº 70/CNJ) e com o Plano Estratégico de TIC do Poder Judiciário (Resolução nº 99/CNJ).

c. Infovia (Rede do Judiciário)

A Infovia do CNJ é uma Rede Privativa (MPLS) sem comunicação com a Internet onde interligamos 42 Tribunais, dentre eles os Tribunais Estaduais, Militares, Superiores, Conselho da Justiça Federal, Tribunal Eleitoral e Justiça do Trabalho. Por

esta rede trafega serviços de VOIP (telefonia IP), dados e videoconferência, permite a redução de custos e o aumento da segurança na transmissão de informações, sejam elas envolvendo dados ou comunicações telefônicas. Fazem parte desta rede os STF, STJ, TST, CNJ, CJF, TJs, TRTs e TRFs (falta militar e eleitoral). A rede já existe, mas o contrato do link com a Embratel termina este ano.

Foi doado pelo CNJ um total de 25 equipamentos de videoconferência Polycom com capacidade para realizar vídeos em qualidade HD (High-Definition) nos quais 22 para Tribunais Estaduais e 3 para Tribunais Militares.

d. Data Center

Com a decisão da implantação da CNIP, surgiu a necessidade do CNJ construir o seu próprio *data center* para permitir a inadiável expansão de sua infraestrutura de TI, criando um ambiente físico seguro que propicie a alta disponibilidade e a confidencialidade da CNIP e dos outros sistemas computacionais do CNJ. Ressalte-se que até então toda a infraestrutura de TI do CNJ estava hospedada no *data center* do STF que não dispõe de espaço para ampliações.

O CNJ entendeu ser imprescindível a aquisição de Sala Cofre certificada, conforme as normas técnicas apropriadas, já que por se tratar de ambiente altamente complexo, que deverá proteger o *Datacenter* contra fogo, calor, umidade, gases corrosivos, fumaça, água, roubo, arrombamento, acesso indevido, sabotagem, impacto, pó, explosão, magnetismo, armas de fogo, etc, somente por meio do processo de certificação é que se tem a confirmação da mínima proteção de nossos dados e informações.

e. Malote Digital

O Malote Digital é um sistema desenvolvido com a finalidade de possibilitar comunicações recíprocas, oficiais e de mero expediente. O sistema (originalmente chamado Hermes) foi desenvolvido pelo TJRN para uso interno. Posteriormente, foi cedido por meio de convênio ao CNJ, onde sofreu adaptações para permitir a troca eletrônica de correspondências entre diversos órgãos do Poder Judiciário, passando a ser conhecido como Malote Digital.

Atualmente, o sistema é utilizado por todo o Poder Judiciário em substituição à remessa física de comunicações nos termos da Resolução nº 100/CNJ, acelerando o trâmite de documentos, representando uma significativa economia ao erário.

f. Sistema Nacional de Registro Eletrônico de Imóveis (SNREI)

O Sistema Nacional de Registro Eletrônico de Imóveis – (SNREI) surgiu a partir da necessidade de modernização dos processos dos 553 Cartórios de Registro de Imóveis nos Estados componentes da Amazônia Legal. O projeto visa desde o ingresso até a manutenção e guarda permanente das informações, com a utilização de processos exclusivamente eletrônicos, a serem utilizados pelos vários cartórios, visando garantir a segurança, padronização e confiabilidade de registro de imóveis, com intercâmbio de informações para identificação de situações jurisdicionalmente relevantes.

Para solucionar essas questões, o CNJ, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a Advocacia-

Geral da União (AGU), assinaram Acordo de Cooperação Técnica, em 14 de junho de 2010, para a reformulação e a implementação de ações conjuntas relacionadas ao processo de regularização fundiária de ocupações, transferências, titulações e registros de terras públicas da União e do INCRA, situadas em áreas urbanas e rurais na Amazônia Legal.

Atualmente o projeto está nos procedimentos finais da definição do processo de modelo digital e elaboração dos requisitos para o piloto a ser implantado no Estado do Pará. Também estão sendo analisadas as condições e circunstâncias externas como, por exemplo, a comunicação, disponibilidade da internet, disponibilidade de equipamentos, recuperação e manutenção de documentos. Em função da abrangência e do uso de tecnologias de ponta para a concepção e desenvolvimento do projeto, ele está concebido para atender a todos os cartórios de registro de imóveis do País.

g. E-CNJ – Sistema de Processo Eletrônico (E-CNJ)

Sistema E-CNJ é um sistema de Processo Eletrônico, e foi desenvolvido conforme a Lei nº 11.419/2006, referente à informatização do processo judicial. O sistema foi desenvolvido em software livre pelos servidores do CNJ, e sua plataforma é totalmente via web – tecnologia que permite o acesso 24 horas aos 23 mil usuários cadastrados para movimentação de processos e aos cidadãos que podem utilizar a consulta pública.

Entre os serviços oferecidos pelo E-CNJ estão: o cadastro com ou sem certificação digital para movimentação do processo, o peticionamento eletrônico, a consulta pública, a emissão de relatórios de processos do usuário e assinatura eletrônica dos processos.

O aplicativo oferece ainda trinta perfis e/ou funcionalidades diferentes para acesso que variam de acordo com as necessidades de cada usuário. Os advogados cadastrados podem ser intimados eletronicamente e o sistema registra quando o documento foi aberto e começa automaticamente a contar o prazo da notificação, por exemplo.

No perfil dos conselheiros, é possível incluir o voto que será proferido na sessão. Já os servidores responsáveis por atualizar em tempo real as decisões e status dos processos durante as sessões acessam uma tela gerencial da sessão.

Advogados e partes devem se cadastrar no portal para atuar o processo (por meio do envio do requerimento inicial), visualizar e inserir documentos, acompanhar o andamento do processo ou movimentá-lo. Esse cadastro para acesso ao sistema é totalmente on-line para quem possui certificação eletrônica. Os advogados e/ou partes que não possuírem essa certificação deverão fazer o cadastro via web e ativá-lo no CNJ ou nos tribunais estaduais conveniados, quando assinarão o termo de adesão ao sistema. Já na área de consulta pública, o cidadão precisa inserir apenas uma dessas informações: nome da parte/advogado, CPF/CNPJ ou número do processo/protocolo.

h. Projudi

O Sistema CNJ - PROJUDI é um software de tramitação de processos judiciais mantido pelo Conselho Nacional de Justiça. Em função de entrega das fontes do sistema para os Tribunais, vários deles partiram para criar suas próprias soluções o que inviabilizou a interoperabilidade entre elas. O CNJ fez um grande esforço no sentido de uniformizar essas diversas versões, em colaboração com alguns Tribunais.

Atualmente, 19 dos 27 estados brasileiros aderiram ao Projudi. Seu nome decorre das iniciais de Processo Judicial Digital. O processo tem como premissa gerenciar e controlar os trâmites de processos judiciais nos Tribunais de forma eletrônica, reduzindo tempo e custos. O principal intuito é a completa informatização da justiça, retirando burocracia dos atos processuais, o acesso imediato aos processos, bem como a melhoria no desempenho das funções próprias de cada usuário, o mesmo acessa somente o módulo que ofereça as funções que ele necessita para desenvolver suas atividades.

i. Outros projetos

Além dos projetos relatados acima, são também acompanhados pela Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura os listados a seguir:

Unidade	Projeto	Objetivo	Juiz	Situação	Normativo
DTI	Fábrica de Software	Suporte para todos os sistemas nacionais em desenvolvimento ou em manutenção	Marivaldo Dantas de Araújo / Paulo Cristovão de Araújo Filho	Vigente	Contrato
DTI	Infraestrutura para o CNJ (independência em relação ao STF).	Visa obter independência da infraestrutura do STF com as aquisições de ativos de redes e equipamentos servidores.	Marivaldo Dantas de Araújo / Paulo Cristovão de Araújo Filho	Vigente	Resolução nº 90/2009 / Contrato
DTI	Nivelamento de TIC nos Tribunais - modernização na infraestrutura de equipamentos (doações e capacitação)	Visa ao nivelamento de TIC e contribuem para a execução dos planejamentos estratégicos em TI, elaborados pelos Tribunais alinhados ao Planejamento Nacional. Esta ação prevê doação (microcomputadores, <i>robotics</i> , <i>scanners</i> , impressoras multifuncionais, impressoras laser, servidores de alta e média disponibilidade, <i>racks</i> para os servidores, videoconferência e comunicações - aceleradores de <i>wan</i>) e capacitação em TI.	Marivaldo Dantas de Araújo / Paulo Cristovão de Araújo Filho	Em implementação	Resolução nº 90/2009
DTI	Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário	Propor ao Conselho Nacional de Justiça, através da Comissão de Tecnologia da Informação e Comunicação, a adoção de atos, normas e políticas na área que lhe é afeta.	Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho / Marivaldo Dantas de Araújo	Atuante. Demanda coordenação das suas atividades.	Portaria 222/2010- Presidência do CNJ
Secretaria-Geral	Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA	Consolidar as informações sobre os bens apreendidos em procedimentos criminais no âmbito do Poder Judiciário. Criado grupo de trabalho para fomentar a implantação dos sistemas nas Polícias Cíveis de todos os Estados.	Marcelo Martins Berthe / Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho	Sistema vigente, mas as atividades do grupo de trabalho e desenvolvimento do sistema- Módulo Polícias estão suspensas.	Resolução nº 63/2010

Secretaria-Geral	Sistema Bacerjud/CCS	Sistema de solicitação de informações via Internet. Ficou mais rápido, seguro e econômico enviar ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional	Marivaldo Dantas de Araújo / Paulo Cristovão de Araújo Filho	Expedida portaria Conjunta CNJ e BACEN criando o Comitê Gestor do BACENJUD. Pendente indicação conjunta dos representantes das instituições financeiras para realização das 1ª reunião do Comitê.	Convênio datado de 02/12/2008 (disponível no site do CNJ)
Secretaria-Geral	Numeração Única	Padronização do número dos processos no âmbito do Judiciário, com o intuito de facilitar o acesso às informações processuais e de agilizar a prestação jurisdicional	Marivaldo Dantas de Araújo / Paulo Cristovão de Araújo Filho	Vigente. Comitê gestor reformulado, tendo sido unificado com o comitê das Tabelas. Realizadas reuniões periódicas, presenciais ou por vídeo-conferência.	Resolução nº 65/2008 e Portaria 135/2010- Presidência do CNJ
Secretaria-Geral	Sistema Infojud	Serviço oferecido aos magistrados (e servidores por eles autorizados), que tem como objetivo atender às solicitações feitas pelo Poder Judiciário à Receita Federal. Ferramenta desenvolvida pela própria Receita Federal possibilita aos magistrados, por meio de certificação digital, ter conhecimento de bens da parte envolvida no processo	Marivaldo Dantas de Araújo / Paulo Cristovão de Araújo Filho	Vigente. Assinado, em 2011, termo aditivo que acrescentou funcionalidades que reduzem a necessidade de acesso direto do magistrado, transferindo-o, em parte, aos servidores vinculados (possibilidade do servidor solicitar e receber informações da Receita Federal, desde que autorizado anteriormente pelo magistrado ao qual se encontra vinculado).	Convênio 01/2007, de 26/06/2007, celebrado entre o CNJ e a Receita Federal.

Secretaria-Geral	Sistema Renajud	Ferramenta eletrônica que interliga o Poder Judiciário e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, possibilitando consultas e o envio, em tempo real, de ordens judiciais eletrônicas de restrição e de retirada de restrição de veículos automotores na Base Índice Nacional (BIN) do Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM	Marivaldo Dantas de Araújo / Paulo Cristovão de Araújo Filho	Vigente. Recomposto o Comitê Gestor, tendo havido reunião em novembro/2011 para retomar a evolução do RENAJUD.	Acordo de Cooperação Técnica nº 105/2009 e Portaria 79/2011-Presidência do CNJ.
Secretaria-Geral	Tabelas Processuais Unificadas	Melhorar a administração da justiça e a prestação jurisdicional definiu padrões de interoperabilidade a serem utilizados no Poder Judiciário, entre eles a padronização das tabelas básicas de classificação processual, movimentação e fases processuais, assuntos e partes	Marivaldo Dantas de Araújo / Paulo Cristovão de Araújo Filho	Vigente. Comitê gestor reformulado e unificado com o comitê das Tabelas. Demanda acompanhamento constante do nível de cumprimento dos Tribunais, realizado por aplicação de questionário (3 versões já aplicadas) e elaboração de relatório pelo DPJ. A seção de acompanhamento do cumprimento das decisões do CNJ auxilia no referido acompanhamento. A evolução das tabelas é também realizada pelo Comitê, presidido pelos Juizes Auxiliares, com a realização de reuniões periódicas presenciais ou por vídeo-conferência, além da utilização do Sistema SGT.	Resolução nº 12/2006, Resolução nº 46/2007 e Portaria 135/2010-Presidência do CNJ
DTI	MOREQ-Jus	Estabelecimento de um modelo de requisitos de sistemas informatizados do Poder Judiciário.	Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho	Vigente. Necessidade de retomar a revisão e aperfeiçoamento da resolução 91 e do sistema de verificação de aderência de sistemas ao Moreq-Jus, de modo a sanar algumas deficiências detectadas na avaliação do modelo.	Resolução nº 91.

DMF	Sistema Eletrônico de Execução Penal	Acompanhar e Controlar as medidas e benefícios dos sentenciados. Cadastro e controle das execuções por meio eletrônico.	Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho / Marivaldo Dantas de Araújo	<p>TJPB - Sistema implantado para os usuários internos e externos.</p> <p>TJBA - Sistema implantado para os usuários internos e externos.</p> <p>TJMA - Sistema implantado para os usuários internos.</p> <p>TJPI - Sistema implantado.</p> <p>Optou-se por não expandir as instalações, focando esforços no desenvolvimento de funcionalidades similares no âmbito do PJe.</p>	Não há.
Secretaria-Geral	Auxílio à Comissão de TIC	Auxiliar os Conselheiros membros da Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Comunicação em todos os aspectos relacionados à sua atuação.	Paulo Cristovão de Araújo Silva Filho / Marivaldo Dantas de Araújo	Trabalho continuado.	Portarias de requisição.

3.5. Comissão Permanente de Acompanhamento Legislativo

Integrantes:

Presidente: Conselheiro **Marcelo R. Nobre**
Ministro Conselheiro **Carlos Alberto Reis de Paula**
Conselheiro **Jorge Hélio Chaves de Oliveira**
Conselheiro **Bruno Dantas Nascimento**

Conselheiro Bruno Dantas Nascimento

Como membro da Comissão, reuniu-se com o Governador do Estado da Bahia, o Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia e o Procurador-Geral de Justiça da Bahia para apresentar projetos do CNJ e discutir formas de equacionar problemas estruturais no Poder Judiciário daquele Estado.

Conselheiro Marcelo Nobre

Segundo relato, a Comissão Permanente de Acompanhamento Legislativo tem mantido o necessário relacionamento institucional com os Poderes Executivos e Legislativos Estaduais para, além de acompanhar projetos de lei de interesse do Poder Judiciário, também auxiliar os tribunais nas difíceis discussões orçamentárias junto aos Chefes do executivo. É sabido que são muitos os desgastes entre os Presidentes dos Tribunais e os Governadores tornando relevante a missão desta Comissão frente às necessidades orçamentárias do Poder Judiciário.

4. ORÇAMENTO

4. Orçamento

AÇÃO	
PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES
02.122.1389.20TP.0001	048693
02.122.1389.09HB.0001	030654
02.306.1389.2012.0001	030669
02.331.1389.2011.0001	030670
02.365.1389.2010.0001	030671
02.301.1389.2004.0001	030672
02.122.0909.0C04.0001	042301
02.122.0909.00H7.0001	042300
PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES
02.032.1389.2B65.0001	030698
02.131.1389.2549.0001	030703
02.032.1389.2B66.0001	030699
02.128.1389.4091.0001	030702
PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES
02.126.1389.11E6.0001	030701
02.126.1389.1K27.0001	030700
02.126.1389.1K27.0056	049022

PESSOAL E BENEFÍCIOS

AÇÃO

PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO

CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDações PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES EMPREGADOS

ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES

criação e/ou provimento de cargos e funções e reestruturação de cargos, carreiras e revisão de remunerações -PESSOAL ATIVO

CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DA CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES

ATIVIDADES

APRECIACÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES E ADMINISTRATIVOS

COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA NO PODER JUDICIÁRIO

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETOS

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICIONAL NO PODER JUDICIÁRIO (E-JUS)

MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA JUSTIÇA BRASILEIRA (NACIONAL)

MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA JUSTIÇA BRASILEIRA (MATO GROSSO)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - EXERCÍCIO 2012

Programática	Descrição do Programa / Ação	GND	Proposta Orçamentária	Alterações	Lei Orçamentária Aprovada
1389	CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO		221.170.793	14.672.191	235.842.984
1389.00H1.001	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	18.319.383
1389.09HB.001	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0	1.632.387
1389.11E6.001	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURISDICCIONAL NO PODER JUDICIÁRIO (E-JUS)	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	42.434.500
		4	INVESTIMENTOS	0	53.092.500
1389.1K27.001	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.877.997	17.477.997
		4	INVESTIMENTOS	12.794.194	39.794.194
1389.2004.001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	844.968
1389.2010.001	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESE EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	199.188
1389.2011.001	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	17.664
1389.2012.001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	1.116.120
1389.2549.001	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	9.000.000
1389.2565.001	APRECIACÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	32.377.424
		4	INVESTIMENTOS	0	2.122.576
1389.2566.001	COORDENAÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA NO PODER JUDICIÁRIO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0	3.940.000

			4	INVESTIMENTOS	60.000	0	60.000
1389.4091.001		CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000	0	1.500.000
0909.0007.001	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DA CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES		1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.535.224	0	1.535.224
0909.0004.001	CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES E REESTRUTURAÇÃO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISÃO DE REMUNERAÇÕES - PESSOAL ATIVO		1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.378.859	0	10.378.859

Fonte: Siafi



Sistema Integrado de Administração
Financeira do Governo Federal

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

	Programa de Trabalho	Grupo de Despesa	Item de Informação					% Disponível
			Dotação Inicial	Crédito Pré-Empenhado	Despesas Empenhadas	Valores Pagos	Crédito Disponível	
00H7 1	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO(CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES)	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.535.224,00				1.535.224,00	100%
09HB 1	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.632.387,00		119.315,02	119.315,02	1.513.071,98	93%
0C04 1	CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES	1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.378.859,00				10.378.859,00	100%
11E63	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO (E-JUS)	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.434.500,00	833.583,02	9.741.978,74	27.376,06	31.858.938,24	75%
11E64		4 INVESTIMENTOS	53.092.500,00				53.092.500,00	100%
1K27 3	MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DA T. I. DA JUSTIÇA BRASILEIRA	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.477.997,00	1.011.226,59	7.873.576,02	991,50	8.593.194,39	49%
1K27 4		4 INVESTIMENTOS	39.794.194,00				39.794.194,00	100%
2004 3	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	844.968,00				844.968,00	100%
2010 3	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES EMPREGADOS	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	199.188,00		15.231,15	15.231,15	183.956,85	92%
2011 3	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.664,00		995,99	995,99	16.668,01	94%

2012 3	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.116.120,00	87.943,18	87.943,18	1.028.176,82	92%
20TP 1	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.319.383,00	2.403.190,84	2.403.190,84	15.916.192,16	87%
2549 3	COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.000.000,00	74.925,24	3.891.403,40	5.033.671,36	56%
2B65 4	APRECIACÃO E JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.377.424,00	4.304.321,66	3.441.320,19	24.631.782,15	76%
2B66 4	INVESTIMENTOS	4	INVESTIMENTOS	2.122.576,00	903.606,02		1.218.969,98	57%
2B66 3	COORDENAÇÃO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E PESQUISA NO PODER JUDICIÁRIO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.940.000,00			3.940.000,00	100%
2B66 4	INVESTIMENTOS	4	INVESTIMENTOS	60.000,00			60.000,00	100%
4091 3	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.500.000,00	296.392,00	90.128,75	1.113.479,25	74%
	TOTAL			235.842.984,00	7.424.054,53	27.665.083,28	200.753.846,19	85%

5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

UNIDADE	NOME - MATRÍCULA	CARGO OU FUNÇÃO - NÍVEL	SITUAÇÃO FUNCIONAL
PRESIDÊNCIA	ANTONIO CEZAR PELUSO - 1358	CONSELHEIRO/PRESIDENTE	PRESIDENTE DO STF
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	(* CARGO A VAGAR A PARTIR DA DESIGNAÇÃO DE ROBERTO DALLEONE MACHADO FILHO PARA O CARGO DE ASSESSOR-CHEFE DO GABINETE - DESEMBARGADOR DE TJ - NÍVEL CJ-3)	CHEFE DE GABINETE - NÍVEL CJ-2	REQUISITADO DO STF
JUÍZES AUXILIARES	ANTONIO CARLOS ALVES BRAGA JÚNIOR - 1352	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TJ/SP
	DANIEL ISSLER - 1364	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TJ/SP
	FABRÍCIO DORNAS CARATA - 1400	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TJ/MG
	JOSE EDUARDO DE RESENDE CHAVES JUNIOR - 1381	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TRT/3ª REGIÃO
	LEANDRO GALLUZZI DOS SANTOS - 1399	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TJ/SP
	MARCELO MARTINS BERTHE - 1270	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TJ/SP
	MARCIO ANDRE KEPPLER FRAGA - 1349	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TJ/RS
	MARIVALDO DANTAS DE ARAÚJO - 1294	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TJ/RN
	PAULO CRISTOVÃO DE ARAÚJO SILVA FILHO - 1299	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TRF/4ª REGIÃO
	REINALDO CINTRA TORRES DE CARVALHO - 1353	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TJ/SP
SIDMAR DIAS MARTINS - 1350	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TRF/3ª REGIÃO	
TATIANA CARDOSO DE FREITAS - 1351	JUIZ AUXILIAR	REQUISITADO DO TRF/3ª REGIÃO	
PLENÁRIO			
CONSELHEIROS			
GABINETE - ADVOGADO (INDIC. OAB)	JORGE HÉLIO CHAVES DE OLIVEIRA - 1413	CONSELHEIRO	SEM VÍNCULO EFETIVO
	LARISSA GARRIDO BENETTI SEGURA - 1151	ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	(* CARGO VAGO)	ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	
	(* FUNÇÃO VAGA)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	
	MEYSE REIS MEIRA		ESTAGIÁRIO
GABINETE - ADVOGADO (INDIC. OAB)	FRANCISCA SILVA E LEAL FILHA	CONSELHEIRO	SECRETÁRIO (PH)
	JEFFERSON LUIS KRAVCHYCHYN - 1428	ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	SEM VÍNCULO EFETIVO
	JOÃO CARLOS MURTA PEREIRA - 1320	ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	REQUISITADO DO TJ/MG
(* SERVIDOR ADERRUAN RODRIGUES TAVARES INDICADO A SER NOMEADO)			EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO

	(* SERVIDORA MEIRIELLE VIANA PIRES INDICADA A SER DESIGNADA)		ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	NATÁLIA GRAZIELE M. DE PINHO G. BARROS			ESTAGIÁRIO
	ANA PAULA ALMEIDA BACKER			
	MARCELO ROSSI NOBRE - 1359		CONSELHEIRO	SEM VÍNCULO EFETIVO
GABINETE - CIDADÃO (INDIC. CÂMARA)	MARILENE DE SOUZA POLASTRO - 1232		ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	SEM VÍNCULO EFETIVO
	(* CARGO VAGO)		ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	
	(* FUNÇÃO VAGA)		ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	
	BARBARA TORRES RODRIGUES			SECRETÁRIO (PH)
	BRUNO DANTAS NASCIMENTO - 1421		CONSELHEIRO	CONSULTOR LEGISLATIVO DO SENADO FEDERAL
GABINETE - CIDADÃO (INDIC. SENADO)	ANNA CAROLINA DE AZEVEDO VALENTE E GONÇALVES ARRAES - 1432		ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DO TJ/DFT
	ADELMA DE OLIVEIRA SANTOS. SOUZA		ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	SEM VÍNCULO EFETIVO
	(* SERVIDOR A SER CEDIDO E DESIGNADO)		ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	
	BRUNNA LUIZA CASTRO ARAÚJO			ESTAGIÁRIO
	JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM - 1425		CONSELHEIRO	DESEMBARGADOR DO TJ/SP
GABINETE - DESEMBARGADOR DE TJ	(* SERVIDOR ROBERTO DALLEONE MACHADO FILHO INDICADO A SER NOMEADO)		ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DO STF
	ROBERTO DALLEONE MACHADO FILHO - 1437		CHEFE DE GABINETE - NÍVEL CJ-2 (* CARGO DESVIADO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA)	REQUISITADO DO STF
	(* SERVIDOR A SER CEDIDO E DESIGNADO)		ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	
	MARIANA DUTRA MORAES			SECRETÁRIO (PH)
	JOSE LUCIO MUNHOZ - 1426		CONSELHEIRO	JUIZ DO TRABALHO DO TRT/12ª REGIÃO
GABINETE - JUIZ DO TRABALHO	PAULA FERRO COSTA DE SOUSA - 1339		ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	SEM VÍNCULO EFETIVO
	SAMARA DE OLIVEIRA SANTOS		ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	SEM VÍNCULO EFETIVO
	CRISTINA SUELI ALVES - 1155		ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	MÔNICA CRISTINA G. CALDEIRA			ESTAGIÁRIO
	JACILENE BATISTA DE OLIVEIRA			SECRETÁRIO (PH)
GABINETE - JUIZ ESTADUAL	JOSE GUILHERME VASI WERNER - 1418		CONSELHEIRO	JUIZ DE DIREITO DO TJ/RJ
	JULIANA DIGUES DA COSTA - 1144		ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA/DF
	(* SERVIDOR A SER CEDIDO E NOMEADO)		ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	

	(* SERVIDOR A SER CEDIDO E DESIGNADO)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	ESTAGIÁRIO
	ANA GABRIELLA REIS DE SOUZA		SECRETÁRIO (PH)
	FLÁVIA NOGUEIRA GUIMARÃES FERRACCIOLLI		JUIZ FEDERAL DO TRF/3ª REGIÃO
GABINETE - JUIZ FEDERAL	SILVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA - 1420	CONSELHEIRO	
	(* SERVIDOR A SER CEDIDO E NOMEADO)	ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	
	WILSON ROBERTO BUENO DA COSTA - 1435	ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	SEM VÍNCULO EFETIVO
	(* SERVIDOR A SER CEDIDO E DESIGNADO)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	
	ROSANGELA RIBEIRO LUIZ		SECRETÁRIO (PH)
GABINETE - JUIZ DE TRF	FERNANDO DA COSTA TOURINHO NETO - 1422	CONSELHEIRO	JUIZ FEDERAL DO TRF/1ª REGIÃO
	MARCOS AURELIO DE BRITO - 1411	ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DO TRF/1ª REGIÃO
	(* SERVIDOR A SER CEDIDO E NOMEADO)	ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	
	(* FUNÇÃO VAGA)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	
	RENATA ARANTES ALVES		ESTAGIÁRIO
	KAROLINA MOREIRA DE SOUZA		SECRETÁRIO (PH)
GABINETE - JUIZ DE TRT	NEY JOSE DE FREITAS - 1419	CONSELHEIRO	JUIZ DO TRABALHO DO TRT/9ª REGIÃO
	INÊS DA FONSECA PORTO - 1103	ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	SEM VÍNCULO EFETIVO
	GLADIMIR DO NASCIMENTO	ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	SEM VÍNCULO EFETIVO
	(* FUNÇÃO VAGA)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	
	ALANA MICHAELLE C. CARVALHO		ESTAGIÁRIO
	LUANA ALMEIDA OLIVEIRA		SECRETÁRIO (PH)
GABINETE - MEMBRO DE MPE	GILBERTO VALENTE MARTINS - 1417	CONSELHEIRO	PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MP/PA
	ADRIENE DOMINGUES COSTA - 1058	ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DO MP/MG
	NATHALIA PIRES FIUZA DE MELLO	ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	SEM VÍNCULO EFETIVO
	(* FUNÇÃO VAGA)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	
	LORRANE FERNANDES DE SENA		ESTAGIÁRIO
	LUCIENE VIEIRA DA SILVA		SECRETÁRIO (PH)
GABINETE - MEMBRO DO MPU	WELLINGTON CABRAL SARAIVA - 1427	CONSELHEIRO	PROCURADOR REG. DA REPÚBL. DO MPF
	CÁSSIA CASÃO DE ALMEIDA - 1102	ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	SEM VÍNCULO EFETIVO
	(* PROCESSO SELETIVO INTERNO)	ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	
	(* PROCESSO SELETIVO INTERNO)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	
	JOCÉLIA CARNEIRO DA SILVA		SECRETÁRIO (PH)

		CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA - 1424	CONSELHEIRO	MINISTRO DO TST
GABINETE - MINISTRO DO TST		ANA LUCIA REGO QUEIROZ - 1431	ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DO TST
		(* SERVIDOR A SER CEDIDO E NOMEADO)	ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2	
		(* SERVIDOR A SER CEDIDO E DESIGNADO)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	
	LETÍCIA DOS SANTOS DIAS			SECRETÁRIO (PH)
	OUVIDORIA	WELLINGTON CABRAL SARAIVA - 1427	CONSELHEIRO-OUVIDOR	PROCURADOR REG. DA REPÚBL. DO MPF
GABINETE DA OUVIDORIA		CRISTIANA GONTIJO BASTOS - 1196	CHEFE DE GABINETE DA OUVIDORIA - NÍVEL CJ-2	SEM VÍNCULO EFETIVO
		ALEXANDRE PADULA JANNUZZI - 1154		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
		HUBNER ALESSANDRO SANTOS ROCHA - 1255		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
		INALDO DO NASCIMENTO - 1224		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
		MARIANA FELTRINI TURIBIO - 1178		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
		MAYANA CAMILLA OLIVEIRA CARVALHO		ESTAGIÁRIO
		ANDERSON MOREIRA DA SILVA		SECRETÁRIO (PH)
		EUNICE DA COSTA OLIVEIRA		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
		REBECA PEREIRA DE OLIVEIRA		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
		SILVIA CALDAS FERREIRA - 1197		SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO - NÍVEL CJ-3
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO		FRANCISCO SANDOVAL BARBOSA DA SILVEIRA - 1131	ASSISTENTE IV - NÍVEL FC-4	REQUISITADO DO STF
		VENCESLAU GUIMARÃES DA CRUZ FILHO		ESTAGIÁRIO
		PRISCILA MOREIRA DA SILVA		SECRETÁRIO (PH)
		ROMILDA NEVES GONÇALVES DA SILVA		SECRETÁRIO (PH)
COORDENADORIA DE AUDITORIA		(* CARGO VAGO)	COORDENADOR - NÍVEL CJ-1	
		RENATA LÍCIA GONÇALVES DE SANTANA ALVES - 1190	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE AUDITORIA INTERNA		(* FUNÇÃO VAGA)	ASSISTENTE IV - NÍVEL FC-4	
		IARA DE SOUSA LIMA - 1409		REQUISITADO DO TRT/2ª REGIÃO
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO		HUMBERTO JOSÉ NUNES - 1184	COORDENADOR - NÍVEL CJ-1	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
		CRISTIANNA DUARTE FERNANDES - 1318		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL		EVANDRO SILVA GOMES - 1329	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA/DF
		(* FUNÇÃO VAGA)	ASSISTENTE IV - NÍVEL FC-4	

CARLOS ALBERTO DE ARAUJO SOARES JÚNIOR - 1448	JAEQUINE BOSCO ASSAD DE SOUZA	ASSISTENTE V - NÍVEL FC-5	REQUISITADO DO STF
	CAMILA LEAL		ESTAGIÁRIO
	ALICE SOUZA ALVES		ESTAGIÁRIO
	JOSANE PATRÍCIA PINTO RIBEIRO		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	MONIKE BRANT ROCHA		SECRETÁRIO (PH)
	PATRICIA ANDO DE ALMEIDA		SECRETÁRIO (PH)
	PRISCILA VALÉRIA G. DOS SANTOS		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	THAIS NASCIMENTO SILVA		SECRETÁRIO (PH)
	LUCIANO ANDRÉ LOSEKANN - 1348	JUIZ AUXILIAR - COORDENADOR DO DMF	REQUISITADO DO TJRS
	SILVIA KNOFF FRAGA - 1354	ASSESSOR III - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DO TJRS
	ADERRUAN RODRIGUES TAVARES - 1250 (* SERVIDOR INDICADO PARA O CARGO DE ASSESSOR II DO GABINETE - ADVOGADO - NÍVEL CJ-2)	SUPERVISOR - NÍVEL FC-6	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	ALINE RIBEIRO DE MENDONÇA - 1233	SUPERVISOR - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	ANDRÉA MICHELLE DO CARMO ALVES	SUPERVISOR - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DO TJMS
	BRENTON VIEIRA CRISPIM - 1394	ASSISTENTE V - NÍVEL FC-5	REQUISITADO DO TJTO
GLAUBER BARBOSA LOPES - 1331	ASSISTENTE V - NÍVEL FC-5	REQUISITADO DO TRE/PA	
RENATO FERREIRA GONÇALVES - 1407	ASSISTENTE V - NÍVEL FC-5	REQUISITADO DO TJ/SP	
DANIELLE TRINDADE TORRES		SECRETÁRIO (PH)	
FRANCÁSTORO DAS NEVES COELHO		RECEPCIONISTA (ASSEMP)	
JULIANA CIRQUEIRA DEL SARTO		SECRETÁRIO (PH)	
THIAGO DE ALENCAR CAMPOS		RECEPCIONISTA (ASSEMP)	
DIOGO ALBUQUERQUE FERREIRA - 1297	CHEFE DO CEAJUD - NÍVEL CJ-2	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO	
PAULO MARQUES BARBOSA JUNIOR - 1443		REQUISITADO DO TJGO	
ADELSON FERREIRA DE SOUZA JUNIOR		ESTAGIÁRIO	
PATRÍCIA DE SOUZA FALCÃO		ANALISTA DESENVOLVEDOR PLENO (TECNISYS)	
BRUNO ALVES DE ATAÍDES		REEDUCANDO (FUNAP)	
MARIA MAGDALA DE MESQUITA NOGUEIRA DOS SANTOS - 1380	SECRETÁRIO - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DO STJ	
DEP DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SIST CARCERÁRIO E DO SIST DE EXEC DE MED SOCIOEDUCATIVAS			
CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO			
SECRETARIA DE CERIMONIAL E EVENTOS			

	ANA TERESA PEREZ COSTA - 1256 (* SERVIDORA INDICADA PARA A FUNÇÃO DE CHEFE DA SEÇÃO DE CERIMONIAL - NÍVEL FC-6)		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	ALINE TAVARES GURGEL		SECRETÁRIO (PH)
	BARBARA LIEMANN DE AVILA		SECRETÁRIO (PH)
	BRUNO BRIGATI BIZZI		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	NATALIA PAES CARVALHO		SECRETÁRIO (PH)
SEÇÃO DE CERIMONIAL	(* SERVIDORA ANA TERESA PEREZ COSTA INDICADA A SER DESIGNADA)	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	THAIS MYAZI - 1391 (DESIGNADA)	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DO TJ/SP
SEÇÃO DE EVENTOS	MÁISA MOURA - 1423	SECRETÁRIO - NÍVEL CJ-3	SEM VÍNCULO EFETIVO
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	CAMILA FURLAN RAMOS		REDATOR (RRN)
	DIVANIR MOURA MATTOS JUNIOR		PROGRAMADOR VISUAL (RRN)
	FERNANDA BONFÁ ESTAVANATI		RELAÇÕES PÚBLICAS (RRN)
	GEYSA COSTA PINTO RIBEIRO BIGONHA		REVISOR (RRN)
	GILSON LUIZ EUZÉBIO DA SILVA		REDATOR (RRN)
	GISELLE MARIA SOUZA DA SILVA		REVISOR (RRN)
	GLÁUCIO BASTOS DETTMAR		FOTÓGRAFO (RRN)
	HYLDA DE MEIRA LIMA CAVALCANTI		REDATOR (RRN)
	ISABEL SOBRAL		EDITOR (RRN)
	JORGE LUIZ DE VASCONCELLOS		FOTÓGRAFO (RRN)
	LEANDRO DE LUNA FREIRE VIEIRA		PROGRAMADOR VISUAL (RRN)
	LUIZ GUSTAVO SILVEIRA		FOTÓGRAFO (RRN)
	TATIANE BARBOSA FREIRE		REDATOR (RRN)
	MANUEL CARLOS MONTENEGRO		REDATOR (RRN)
	MARCELO FABIANO RODRIGUES GOMES		PROGRAMADOR VISUAL (RRN)
	MARIA DEUSIRENE LIMA AMORIM		REVISOR (RRN)
	PATRÍCIA COSTA		REDATOR (RRN)
	REGINA BANDEIRA		REDATOR (RRN)
	CESAR AUGUSTO MAIA ARÉVALO		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	CLÁUDIO DA SILVA CAVALCANTI		SECRETÁRIO (PH)
CRISTIANE ORNELAS NASCIMENTO		SECRETÁRIO (PH)	

	SHIRLEY GARCIA PAIVA			SECRETÁRIO (PH)
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	TALLES HUMBERTO SOUZA MOREIRA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	TARSO DE OLIVEIRA ROCHA - 1242		COORDENADOR - NÍVEL CJ-1	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	MARIANA OREIRO DE MIRANDA E SILVA			ESTAGIÁRIO
COORDENADORIA DE IMPRENSA	(* CARGO VAGO)		COORDENADOR - NÍVEL CJ-1	
SECRETARIA PROCESSUAL	MARIANA SILVA CAMPOS DUTRA - 1149		SECRETÁRIO PROCESSUAL - NÍVEL CJ-3	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	ANTONIO GUEDES SILVA MEDEIROS			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	ALINE DE SOUZA ROCHA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	ARIADNA TABOSA COUTO			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	FRANCK DA COSTA BRAGA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	LILIANE RIBEIRO DOS SANTOS			SECRETÁRIO (PH)
	MARCOS GABRIEL DA SILVA GOMES			SECRETÁRIO (PH)
	PAULA SILVA DA COSTA THEODORO			SECRETÁRIO (PH)
	THAIS GOMES MELO DE OLIVEIRA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	PATRÍCIA BIZZETTO - 1152		COORDENADOR - NÍVEL CJ-1	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	ALISSON ALVES SOARES			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	CARLOS EDUARDO DE JESUS TEIXEIRA			SECRETÁRIO (PH)
	CÉLIA REGINA LIMA DE OLIVEIRA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
CÍCERO HUGO SANTOS SILVA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)	
DEBORA XAVIER SILVA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)	
HERCULES DE FREITAS BARBOSA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)	
ISLIELE MARIA DE JESUS NEVES			RECEPCIONISTA (ASSEMP)	
KELLY MARIA SOARES MARQUES			SECRETÁRIO (PH)	
NUBIA APARECIDA DA SILVA			SECRETÁRIO (PH)	
WESLEY NUNES SOARES			RECEPCIONISTA (ASSEMP)	
HELEN DOS SANTOS REIS			SECRETÁRIO (PH)	
SEÇÃO DE PROTOCOLO E DIGITALIZAÇÃO	IRANEIDE PEREIRA DE ALMEIDA - 1360		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	(* FUNÇÃO VAGA)		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	
COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO DE FEITOS	CARLA FABIANE ABREU ARANHA - 1368		COORDENADOR - NÍVEL CJ-1	REQUISITADO DA POLÍCIA CIVIL/DF
	RODRIGO SILVA ROCHA - 1340		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE APOIO AO				

PLENÁRIO	BRENDA NATÁLIA M. LIMA		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	ESTAGIÁRIO
SEÇÃO DE PROCESSAMENTO	AEDA VALLE CAVALCANTE - 1026			REQUISITADO DO STF
	LÉDA MARIA CAVALCANTE DE ALMEIDA LOPES - 1366			REQUISITADO DO TJAL
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS RESOLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES	SILMARA CHRISTIANE SOUZA SILVA - 1148		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS DECISÕES	SANDRA DE OLIVEIRA CARVALHO - 1362		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DO TJSP
	ALINE PERNA SANTOS			ESTAGIÁRIO
SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA	(* FUNÇÃO VAGA)		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA	FABIANO DE ANDRADE LIMA - 1401		DIRETOR DE DEPARTAMENTO - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DO TST
	DAVI ALVARENGA BALDUINO ALA - 1280 (DESIGNADO)		ASSISTENTE V - NÍVEL FC-5	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	FABIOLA SANTOS TOLEDO			SECRETÁRIO (PH)
	INGRED DUARTE MARQUES			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
DIVISÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PROJETOS	RITA DE CASSIA SMANIOTTO LANDIM - 1416		CHEFE DE DIVISÃO - NÍVEL CJ-2	REQUISITADO DO TRE/SP
	JOSÉ FRANCISCO ALVES - 1319		ASSISTENTE V - NÍVEL FC-5	REQUISITADO DO STJ
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS	RODRIGO BARROS SOARES WALLADARES - 1183		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	LEANDRO MESQUITA GALVÃO - 1205		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	WILSON BARBOSA DE ALCANTARA - 1383		CHEFE DE DIVISÃO - NÍVEL CJ-2	SEM VÍNCULO EFETIVO
DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E NORMATIZAÇÃO	MEIRIELLE VIANA PIRES - 1262 (* SERVIDORA INDICADA PARA A FUNÇÃO DE ASSISTENTE VI DO GABINETE - ADVOGADO - NÍVEL FC-6)		ASSISTENTE V - NÍVEL FC-5	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	LEONARDO ZANOTELLI DOS SANTOS - 1241			EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS	HÉLIO CARLOS GOMES SILVA - 1163		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO	ANTONIO CARLOS STANGHERLIN REBELO - 1194		DIRETOR DE DEPARTAMENTO - NÍVEL CJ-3	SEM VÍNCULO EFETIVO
	SANDRA MARA DE FREITAS			SECRETÁRIO (PH)
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO JUDICIÁRIO DA UNIÃO	MAURÉLIO FERREIRA - 1215		COORDENADOR - NÍVEL CJ-1	SEM VÍNCULO EFETIVO

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES E AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO JUDICIÁRIO DA UNIÃO	LOURIVANDO RODRIGUES FERREIRA - 1188	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	DANIEL GERHEIM SOUZA DIAS - 1187		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO JUDICIÁRIO ESTADUAL	JORGE LUIZ MANFROI - 1208	COORDENADOR - NÍVEL CJ-1	SEM VÍNCULO EFETIVO
	MÔNICA DAVID DE SOUSA - 1248		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES E AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO JUDICIÁRIO ESTADUAL	THATIANE DE MORAIS ROSA - 1361		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	(* FUNÇÃO VAGA)	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	OLIVIO FERNANDES BALBINO - 1278	DIRETOR DE DEPARTAMENTO - NÍVEL CJ-3	SEM VÍNCULO EFETIVO
	NUBIA SOARES SALES DE MORAES		SECRETÁRIO (PH)
	THAIS GOMES FERREIRA		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	MARCOS PAULO CORREIA DA SILVA		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	ENRICO ALEXANDRE PINHEIRO		ANALISTA DE SUPORTE (TECNISYS)
	EVANI MARIA DE LIMA E SILVA		ANALISTA DESENVOLVEDOR JÚNIOR (TECNISYS)
	THIAGO LIMA COLBERT MIRANDA		ANALISTA DESENVOLVEDOR JÚNIOR (TECNISYS)
	SILVINO CÉSAR SILVEIRA - 1447	CHEFE DE DIVISÃO - NÍVEL CJ-2	REQUISITADO DO TJ/DFT
	CAROLINE MARIA ARAÚJO ALVES		SECRETÁRIO (PH)
	CARLOS AUGUSTO VIEIRA DA SILVA		ANALISTA DESENVOLVEDOR PLENO (TECNISYS)
SEÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	(* FUNÇÃO VAGA)	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	
	GISCARD STEPHANOU SILVA - 1044	COORDENADOR - NÍVEL CJ-1	REQUISITADO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA/RS
COORDENADORIA DE GESTÃO DE SISTEMAS	FÁBIO QUEIROZ MARTINS		ANALISTA DESENVOLVEDOR SÊNIOR (TECNISYS)
	PAULO ROBERTO BENITE JUNIOR		ANALISTA DE SISTEMAS PLENO (TECNISYS)
	RAPHAEL QUEIROZ DE CARVALHO		ANALISTA DESENVOLVEDOR SÊNIOR (TECNISYS)
	ROBERSON AUGUSTO PINHEIRO		ANALISTA DESENVOLVEDOR SÊNIOR (TECNISYS)
SEÇÃO DE GESTÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS	OTÁVIO NERY CIPRIANI - 1245	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	ALAN MORATO - 1267	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	LEONARDO LEMES ROSA - 1282		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO

	FÁBIO TAVARES PEREIRA REGO		ANALISTA DE SISTEMAS SÊNIOR (TECNISYS)
	FLÁVIO ALVES REIS		ANALISTA DE SISTEMAS SÊNIOR (TECNISYS)
	GUILHERME CARVALHO DA SILVA		ANALISTA DESENVOLVEDOR SÊNIOR (TECNISYS)
	LEONE PARISE VIEIRA DA SILVA		ANALISTA DE SISTEMAS PLENO (TECNISYS)
	MARCELO IVO BARBOSA		ANALISTA DESENVOLVEDOR SÊNIOR (TECNISYS)
	PLÍNIO MIRANDA DE CARVALHO NETO		ANALISTA DESENVOLVEDOR SÊNIOR (TECNISYS)
	RODRIGO CESAR COMELLI ANTUNES		ANALISTA DE SISTEMAS PLENO (TECNISYS)
	ROGER ARAÚJO GONÇALVES FERREIRA		ANALISTA DESENVOLVEDOR SÊNIOR (TECNISYS)
	TIAGO CARDOSO DA SILVA		ANALISTA DESENVOLVEDOR SÊNIOR (TECNISYS)
	ULISSES VAQUERO FERNANDES JUNIOR		ANALISTA DESENVOLVEDOR PLENO (TECNISYS)
	(* FUNÇÃO VAGA)	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	
SEÇÃO DE SISTEMAS DE APOIO COORDENADORIA DE ATENDIMENTO E INFRAESTRUTURA	FRANCISCO GONÇALVES DE ARAUJO FILHO - 1207	COORDENADOR - NÍVEL CJ-1	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	ALBERTINO DE JESUS TEIXEIRA		TÉCNICO DE SUPORTE (INOVA)
	ALZIRENE DE SOUZA CAMPOS		ANALISTA DE SUPORTE JÚNIOR (INOVA)
	CAMILA DE OLIVEIRA SANTOS CORREA		TÉCNICO DE SUPORTE (INOVA)
	DANIEL LIMA DINIZ		ANALISTA DE SUPORTE JÚNIOR (INOVA)
	DÁRIO ANTONIO PEREIRA DAMIÃO		SUPERVISOR (INOVA)
	DAWDSON BUENO DA SILVA		ANALISTA DE SUPORTE JÚNIOR (INOVA)
	EDILSON FRANCISCO DOS SANTOS		TÉCNICO DE SUPORTE (INOVA)
	FABIANA TEIXEIRA VILELA		ANALISTA DE SUPORTE JÚNIOR (INOVA)
	FERNANDO JOSÉ DA SILVA		ANALISTA DE SUPORTE JÚNIOR (INOVA)
	FLÁVIO CAIXETA DA MOTA		TÉCNICO DE SUPORTE (INOVA)
	GILSON DUARTE DOS SANTOS		ANALISTA DE SUPORTE PLENO (INOVA)
	GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS LUZ		TÉCNICO DE SUPORTE (INOVA)
	GUSTAVO VIEIRA ALVES		ANALISTA DE SUPORTE PLENO (INOVA)
	IGOR GERMANO MONTEIRO DOS SANTOS		TÉCNICO DE SUPORTE (INOVA)
	IGOR SANTANA DOS SANTOS		TÉCNICO DE SUPORTE (INOVA)
	MARCELLA COIMBRA DE BRITO		SUPERVISOR (INOVA)
	MATHEUS LÉDA SANTOS		ANALISTA DE SUPORTE PLENO (INOVA)

	RAFAEL DE PEREIRA TAVARES			SUPERVISOR (INOVA)
	ROBERTO VALDARES SANTOS			ANALISTA DE SUPORTE JÚNIOR (INOVA)
	RODRIGO ARNALDO FERREIRA DIAS			TÉCNICO DE SUPORTE (INOVA)
	SAMUEL TRINDADE CORREIA			TÉCNICO DE SUPORTE (INOVA)
	SUSAN KELLY VILANOVA PASSOS GONÇALVES			ANALISTA DE SUPORTE PLENO (INOVA)
	DENILSON DE LUCENA MATOS - 1206	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	PEDRO BERGAMASCHI VAL - 1269	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	ALESSANDRO GUIMARÃES BARBOSA - 1408	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	ROBERTO MARQUEZ BITTENCOURT - 1168	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6		REQUISITADO DO STF
	THIAGO DE ANDRADE VIEIRA - 1246	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	ANTONIO AUGUSTO SILVA MARTINS - 1244	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	GLAUCIA ELAINE DE PAULA - 1442	DIRETOR-GERAL - NÍVEL CJ-4		SEM VÍNCULO EFETIVO
	ANA PATRÍCIA NOGUEIRA - 1449	CHEFE DE NÚCLEO - NÍVEL CJ-1		SEM VÍNCULO EFETIVO
	LUCIANA CRISTINA GOMES MATIAS - 1243	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	ADILSON MEDEIROS DA SILVA - 1249			EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	BRENDA MARIA DE PINA			SECRETÁRIO (PH)
	CRISTIANO LUIS FERREIRA			SECRETÁRIO (PH)
	TALITA DUARTE PEREIRA			SECRETÁRIO (PH)
	ALESSANDRA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA - 1317	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	JOÃO D'ARC RAMOS DE OLIVEIRA - 1171			EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	CAROLINE COSTA DE ARAÚJO ALVES			SECRETÁRIO (PH)
	LUCINEIDE MENDES SIQUEIRO FRANÇA			SECRETÁRIO (PH)
	MARIA APARECIDA DE JESUS RAMOS			SECRETÁRIO (PH)
	DIORGENES CORREA DIAS			REEDUCANDO (FUNAP)
	LUIZ PAULO DO NASCIMENTO NETO - 1436	CHEFE DE NÚCLEO - NÍVEL CJ-1		REQUISITADO DO TJRJ
	CAMILLO PINHO DA SILVA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)

	CAROLINE ROSA PACHECO		SECRETÁRIO (PH)
	FABRÍCIO ARAÚJO PACKNESS		SECRETÁRIO (PH)
	GELVANE TAVARES DE ARAÚJO		SECRETÁRIO (PH)
	CINTIA RAQUEL BRITO DA SILVA		SECRETÁRIO (PH)
	CARLA MACHADO DOS SANTOS		SECRETÁRIO (PH)
	JUVENAL ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR		SECRETÁRIO (PH)
	LENON VINICIUS OLIVEIRA DA SILVA		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	MARIA IRAILDES BRITO DA SILVA		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	MONIKE NUNES DE ABREU SOUZA MACHADO		SECRETÁRIO (PH)
	RAFAEL ALVES DE ARAÚJO		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	RAPHAELLA OLIVEIRA DE NÉ		SECRETÁRIO (PH)
	JUACÍLIO PEREIRA LIMA - 1446	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DO TRE/PR
SEÇÃO DE SUPORTE LOGÍSTICO AOS CONSELHEIROS E JUIZES	LUCIANO DE SOUSA E SILVA - 1440	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DO STF
	DENILSON DE ALMEIDA SÉRGIO		SUPERVISOR (BRASFORT)
	JORGE LUIZ ALVES DA SILVA		SUPERVISOR (BRASFORT)
	DURVAL GUEDES SALES		SUPERVISOR (BRASFORT)
	SOLANGE BORGES CAVALCANTE		SUPERVISOR (ASC)
	AILTON BENTO DOS REIS		VIGILANTE (ASC)
	BERGER SOUZA MACIEL		VIGILANTE (ASC)
	CARINA RODRIGUES SILVA		VIGILANTE (ASC)
	CLAUDIO MARTINS EVANGELISTA		VIGILANTE (ASC)
	EDILSON DE PONTES		VIGILANTE (ASC)
	EDILSON VIEIRA SANTIAGO		VIGILANTE (ASC)
	EDUARDO DE OLIVEIRA DANTAS		VIGILANTE (ASC)
	EUDES COSTA DO NASCIMENTO		VIGILANTE (ASC)
	FERNANDO PINHEIRO DA SILVA		VIGILANTE (ASC)
	FRANCISCO NUNES DO NASCIMENTO		VIGILANTE (ASC)
	GENILSON FREIRE DO NASCIMENTO		VIGILANTE (ASC)
	JONATAS BESERRA DA SILVA		VIGILANTE (ASC)
	JOSE IVALDO SILVA DE SOUZA		VIGILANTE (ASC)

	SIDNEY BEZERRA DA SILVA JÚNIOR			MOTORISTA (BRASFORT)
	SIDNEY MAXIMO DA COSTA			MOTORISTA (BRASFORT)
	SILVIO PEREIRA DA SILVA			MOTORISTA (BRASFORT)
	VICTOR EMANUEL DE OLIVEIRA TORRES			MOTORISTA (BRASFORT)
	WASHINGTON LUIZ DE CASTRO SILVA			MOTORISTA (BRASFORT)
	WELITON LOPES VIDAL			MOTORISTA (BRASFORT)
	GETÚLIO VAZ - 1132		PRESIDENTE DA CPL - NÍVEL CJ-2	REQUISITADO DO STF
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	ALICE CAETANO BARBOSA DE SOUZA			SECRETÁRIO (PH)
SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS	JORGE HENRIQUE MENESES MENDES - 1258		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES	BARUC MACHADO GAMA - 1375		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
ASSESSORIA JURÍDICA	EMÍLIA MARIA RODRIGUES DA SILVA - 1126		ASSESSOR-CHEFE - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DO STF
	ALINE LUIZ DOS SANTOS - 1162		ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	MARCELO MACEDO MARRA - 1150		ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	RICARDO PAZ DE LIMA ARAÚJO - 1290		ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	INGRID LEITE NERES PERNA			ESTAGIÁRIO
	RILZANA SILVA LIMA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	KLEBER DE OLIVEIRA VIEIRA - 1135		SECRETÁRIO - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DA CODEPLAN
	VÂNIA ALVES DE SOUZA - 1286		ASSISTENTE IV - NÍVEL FC-4	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	ALICE SOUZA ALVES			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	EDSON DIAS DA SILVA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	EMILIO DOS SANTOS CONCEIÇÃO			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	FLÁVIA CRISTINA VIEIRA LIMA			SECRETÁRIO (PH)
	JONATAS RODRIGUES DUARTE			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	JULIO CESAR DANTAS DE LACERDA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	LUCIANA FERNANDES ALBUQUERQUE			SECRETÁRIO (PH)
	LUCIANY DA SILVA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	MARISA ALVES RIBEIRO			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	MAURÍCIA DO NASCIMENTO GUIMARÃES			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	ROSILENE OLIVEIRA DA SILVA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	SIMONE TOMAZ DE SOUZA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
SEÇÃO DE MATERIALE	SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO - 1123		CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DA EMBRATUR

PATRIMÔNIO	DIEGO MEDEIROS DA SILVA - 1393		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	CATARINE ROCHA PORTO		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	GILVAN RIBEIRO DA SILVA		AUXILIAR DE ESTOQUISTA (BRASFORT)
	JASON RIBEIRO DE SOUZA		AUXILIAR DE ESTOQUISTA (BRASFORT)
	JOSÉIVALDO SILVA DE SOUSA		AUXILIAR DE ESTOQUISTA (BRASFORT)
	KAROLINE KRIEGER MOREIRA		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	KENIA LEONES DA SILVA		SECRETÁRIO (PH)
	MICHEL DE SIQUEIRA CAMPOS		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	PABLO DE OLIVEIRA DE ALMEIDA		AUXILIAR DE ESTOQUISTA (BRASFORT)
	SIDNEY RONALDO DA SILVA FILHO		AUXILIAR DE ESTOQUISTA (BRASFORT)
SEÇÃO DE COMPRAS	WELTON RODRIGUES MARTINS		AUXILIAR DE ESTOQUISTA (BRASFORT)
	ROSSILANY MARQUES MOTA - 1179	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	GABRIELA CORRÊA NOÉ - 1175		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	LEVI RODRIGUES ARRUDA - 1257		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	NATHÁLIA DOS SANTOS COSTA SAQUETTI		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	ELIANA INÁCIA CRISANTE		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	JUVENIL LARA FILHO - 1293	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DO STF
	ALEXANDRE GOMES CARLOS - 1404		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	MARICÉSAR FERREIRA - 1220		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	SILVANA SILVA BARBOSA - 1281		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS	THAWYO WANDERLEY BRANDÃO ROSENTHAL - 1226		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	LUCIANO ALMEIDA LIMA		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	PAULO ASSIS MARTINS MARQUES		ESTAGIÁRIO
	RÔMULO AUGUSTO PIRES MACEDO		SECRETÁRIO (PH)
	VASTI GOMES DE MELO BEZERRA		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	SUZANA BATISTA DOS SANTOS - 1254	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	ALBERTO QUENZI ITANO - 1445	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DA CODEPLAN
	IMAIR DA SILVA ANDRADE		ELETRICISTA (WR)
	KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA - 1134	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DO STF
	DANIEL MARTINS FERREIRA - 1260		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS	ROSEMARY COSTA CARVALHO		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	FERNANDO DIAS MACHADO - 1170		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO

	VALDENICE VENCESLAU DE OLIVEIRA		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
SEÇÃO DE CONTABILIDADE	MARCIA CRISTINA OLIVEIRA FONSECA FRANKLIN - 1363	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE ANÁLISE E LIQUIDAÇÃO	ALEXANDRE SALES DE OLIVEIRA - 1268	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DO STF
	DANIEL AUGUSTO MOURA DE OLIVEIRA		ESTAGIÁRIO
SEÇÃO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	EDUARDO CAMPOS GOMES - 1231	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	LUCI APARECIDA FERREIRA CAIXETA - 1213		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	EUDES MILHOMEM DE SOUSA - 1283	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	SELMA VERA CRUZ MAZZARO - 1040	SECRETÁRIO - NÍVEL CJ-3	REQUISITADO DO STF
	EDINEIA COIMBRA DE OLIVEIRA - 1229		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	ANA PAULA DE LACERDA MALVA NÓBREGA		SECRETÁRIO (PH)
	ANA RITA BORGES DE LIMA FALCÃO		SECRETÁRIO (PH)
	BRUNA LEITE BORGES		SECRETÁRIO (PH)
	CASSIA LOPES		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	MARILU CASSIMIRA E SILVA		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	PRISCILA LIMA MACHADO		SECRETÁRIO (PH)
	VALTER DOS SANTOS SOARES		RECEPCIONISTA (ASSEMP)
SEÇÃO DE REGISTROS FUNCIONAIS	FLÁVIA MARA OLIVEIRA DOS SANTOS - 1182	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	MARIA LUCIA RAMOS VENTURA LAGASSE - 1252		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	MICHELLE FERREIRA LIMA DE SÁ		ESTAGIÁRIO
	DANIELLE VIEGAS DE MAGALHÃES - 1218	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE BENEFÍCIOS	STANLEI CARVALHO SILVA - 1180		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	MAYARA CRISTINA R. LOPES MACIEL		ESTAGIÁRIO
	FLÁVIA LIMA DE ALMEIDA - 1041	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	REQUISITADO DO STF
SEÇÃO DE LEGISLAÇÃO	FABIANA ANDRADE GOMES E SILVA - 1185		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	NADJA MARIA OLIVEIRA DA SILVA - 1415		REQUISITADO DO TRE/RR
	ISABELA NAVES MOTA RODRIGUES		EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
SEÇÃO DE SELEÇÃO E GESTÃO DE DESEMPENHO	ANTÔNIO MÁRIO LÚCIO DE OLIVEIRA JUNIOR - 1223	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	JANE LEISE DA SILVA OLIVEIRA - 1390		REQUISITADO DO TJ/GO
SEÇÃO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA	EVA MATOS PINHO - 1341	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6	EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	JAUL RAMALHO DE CASTRO - 1228		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO

	JOSÉ ALEIR BATISTA MAGALHÃES FILHO			REEDUCANDO (FUNAP)
SEÇÃO DE PAGAMENTO	THAIS EVANGELISTA FERNANDES BRITO - 1138	CHEFE DE SEÇÃO - NÍVEL FC-6		REQUISITADO DO STF
	BRUNO ALESSANDRO DAMASCENO DOS ANJOS - 1238			EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	LAERTE MAURICIO - 1253			EFETIVO - TÉCNICO JUDICIÁRIO
	ANDRÉA DORNELLES FITTIPALDI			EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	ELIANA CALMON ALVES - 1370	CONSELHEIRO/CORREGEDOR		REQUISITADO DO STJ
	AGAMENILDE DIAS ARRUDA VIEIRA DANTAS - 1372	JUIZ AUXILIAR		REQUISITADO DO TJ/PB
	ERIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS - 1373	JUIZ AUXILIAR		REQUISITADO DO TRF/4ª REGIÃO
	JOSE ANTONIO DE PAULA SANTOS NETO - 1398	JUIZ AUXILIAR		REQUISITADO DO TJ/SP
	JAIRO GILBERTO SCHAFER	JUIZ AUXILIAR		REQUISITADO DO TRF/4ª REGIÃO
	JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO - 1371	JUIZ AUXILIAR		REQUISITADO DO TJ/SC
	MARLOS AUGUSTO MELEK - 1387	JUIZ AUXILIAR		REQUISITADO DO TRT/9ª REGIÃO
	NICOLAU LUPIANHES NETO - 1322	JUIZ AUXILIAR		REQUISITADO DO TJ/MG
GABINETE DA CORREGEDORIA	RICARDO CUNHA CHIMENTI - 1202	JUIZ AUXILIAR		REQUISITADO DO TJ/SP
	THAYSA LIZITA LOBO SILVEIRA - 1356	ASSESSOR-CHEFE DO GABINETE DA CORREGEDORIA - NÍVEL CJ-3		SEM VÍNCULO EFETIVO
	FLÁVIA CERQUEIRA CAPELLA - 1385	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6		REQUISITADO DO STJ
	KEILA DE FREITAS BORGES - 1444	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6		REQUISITADO DO TRF/1ª REGIÃO
	LUCAS DELGADO - 1153	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6		EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
	(* FUNÇÃO VAGA)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6		
	(* FUNÇÃO VAGA)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6		
	GIOVANNA GABRIELA DO VALE VASCONCELOS - 1402			REQUISITADO DO STF
	KERCIA ELISANIA SANTANA LEMES - 1403			REQUISITADO DO TRF/1ª REGIÃO
	PEDRO CARLOS DE GODOY - 1265			EFETIVO - ANALISTA JUDICIÁRIO
ANA FLÁVIA MAZON SANDRINI			À DISPOSIÇÃO (TJ/SC)	
ANDERSON ALVES GARCIA			À DISPOSIÇÃO (STJ)	
BENEDITO EUGÊNIO DE ALMEIDA SICILIANO			À DISPOSIÇÃO (STJ)	
IVAN GOMES BONIFÁCIO			À DISPOSIÇÃO (STJ)	
JOÃO FERREIRA DA SILVA			À DISPOSIÇÃO (STJ)	
MARIA APARECIDA DE ARAÚJO RAMOS			À DISPOSIÇÃO (STJ)	

	ROBERTO ELIAS CAVALCANTE			À DISPOSIÇÃO (STJ)
	AILSON MARREIRO SILVA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA			SECRETÁRIO (PH)
	ERICA NERES FERNANDES			SECRETÁRIO (PH)
	GABRIEL ANDRADE SANTANA			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	KRISTIANE ANJOS DE AGUIAR			SECRETÁRIO (PH)
	LAURO HENRIQUE GONÇALVES NEIVA			ANALISTA DESENVOLVEDOR SÊNIOR (TECNISYS)
	LUANA MONTEIRO RODRIGUES			SECRETÁRIO (PH)
	LUIS GUSTAVO BRAGA QUEIROZ RIBEIRO			ANALISTA DESENVOLVEDOR PLENO (TECNISYS)
	MÁRCIO RODRIGO DOS SANTOS			ANALISTA DE SISTEMAS JÚNIOR (TECNISYS)
	PEDRO AUGUSTO FERREIRA DE FREITAS			RECEPCIONISTA (ASSEMP)
	RAFAEL HENRIQUE MONTEIRO			SECRETÁRIO (PH)
	VANESSA DOS SANTOS OLIVEIRA BUCAR			SECRETÁRIO (PH)
	VINÍCIUS FÉLIX DA SILVA			ANALISTA DESENVOLVEDOR JÚNIOR (TECNISYS)
ASSESSORIA DA CORREGEDORIA	FABIO COSTA OLIVEIRA - 1412	ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA DA CORREGEDORIA - NÍVEL CJ-3		REQUISITADO DO TJ/DFT
	PATRICIA TIRABOSCHI BURIN - 1430	ASSESSOR II - NÍVEL CJ-2 (* CARGO DESVIADO DO GABINETE - DESEMBARGADOR DE TJ)		REQUISITADO DO TJ/SP
	JACQUELINE PAIVA RUFINO - 1438	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6		REQUISITADO DO STJ
	TEREZA CRISTINA CERTAIN DE PAULA - 1439	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6		REQUISITADO DO STJ
	(* FUNÇÃO VAGA)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6		
	(* FUNÇÃO VAGA)	ASSISTENTE VI - NÍVEL FC-6		
	ROGÉRIO DA SILVA SALDANHA - 1441			REQUISITADO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA/RS
	LARISSA DE ARGOLLO SILVA			ESTAGIÁRIO
	THIAGO DE OLIVEIRA COSTA			ESTAGIÁRIO
	ALDO SILVESTRE PIRES DOS SANTOS			À DISPOSIÇÃO (STJ)
	ALEXANDRE SOUZA CASTRO			À DISPOSIÇÃO (STJ)
	AUGUSTO CÉSAR DO NASCIMENTO			À DISPOSIÇÃO (STJ)
	BIANCA DOS ANJOS BEZERRA			À DISPOSIÇÃO (STJ)
	DANIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA MOURA			À DISPOSIÇÃO (STJ)

				À DISPOSIÇÃO (STJ)
		DUANE CARVALHO DE QUEIROZ		À DISPOSIÇÃO (STF)
		EDUARDO MENDES VIEIRA DA GAMA		À DISPOSIÇÃO (STJ)
		ERIC DINIZ CASIMIRO		À DISPOSIÇÃO (TRT/2ª REGIÃO)
		FÁBIO LOPES VERAS		
		GUILHERME BEZERRA RODRIGUES		À DISPOSIÇÃO (STJ)
		HENRIQUE TRÓCCOLI JÚNIOR		À DISPOSIÇÃO (STJ)
		MARISTELA COSTA DE ARRUDA		À DISPOSIÇÃO (STJ)
		RODRIGO CASSIMIRO REIS		À DISPOSIÇÃO (STJ)

RESUMO DA FORÇA DE TRABALHO DO CNJ

	Vagas Distribuídas	Vagas Preenchidas
Presidente	1	1
Corregedor Nacional de Justiça	1	1
Conselheiros	13	13
Secretário-Geral	1	1
Juizes Auxiliares	22	22
Diretor-Geral	1	1
Servidores Requisitados sem função	9	9
Cargos e Funções * ³	164	77
		49
Servidores Efetivos * ⁴	88	39
Servidores à Disposição* ⁵	30	30
Prestadores de Serviços da PH Serviços (Técnico em Secretariado Nível I, II e III) Contrato N° 03/2011	75	75
Prestadores de Serviços da Assemp (receptionistas) - Contrato n° 42/2009	60	58
Prestadores de Serviços da RRN Comunicação e Marketing (Informe) Contrato n° 47/2009	19	19
Prestadores de Serviços Brasfort Contrato n° 06/2009 - Aux. Estocagem	5	5
Prestadores de Serviços Brasfort Contrato n° 2/2010 - Motoristas	35	35
Prestadores de Serviço da Contrate - CNJ (Garçons e Copeiros) - Contrato n° 04/2011	14	13
Prestador de Serviço da WR Serviços de Limpeza - Contrato n° 19 /2010	14	14
Prestadores de Serviços da ASC Service Segurança LTDA - Contrato n° 24/2011	21	16
Prestador de Serviço da WR Serviços de Sistemas Elétricos - Contrato n° 20/2010	1	1
Prestador de Serviço da WR Serviços de Jauzeiro - Contrato n° 19 /2010	2	1
Prestador de Serviço - Inova Tecnologia - Contrato n° 42/2011	22	22
Prestador de Serviço - Tecnisys	38	38
Reeducando da FUNAP- Contrato n° 19/2009	10	3
Estagiários - Contrato N° 043/2011	37	21
Total:	683	564

*1

*2

*1 Ocupados por servidores requisitados e sem vínculo

*2 Ocupados por servidores efetivos

*3 Total sem computar o CJ-4 da Diretoria-Geral

*⁴ O total de servidores efetivos (conforme Lei 11.618/2007) é a soma da quantidade de servidores efetivos + total de servidores efetivos ocupantes de FC/CJ + total de cedidos + total de licenciados para acompanhar o cônjuge

*⁵ Conforme Termos de Acordo de Cooperação Técnica CNJ/STJ nº 9/2008 e CNJ/TJDFT nº 36/2011

RESUMO DA FORÇA DE TRABALHO DO CNJ

Cargos e Funções comissionados vagos	37
Analista Judiciário Vago	0
Técnico Judiciário Vago	0
Servidores Efetivos Cedidos	1
Licença para Acompanhar o Cônjuge com exercício provisório	1
Cargo efetivo redistribuído por reciprocidade	2

Cargos efetivos e comissionados criados pela Lei nº 12.463/2011 para 2011	
Analista Judiciário	16
Técnico Judiciário	20

Cargos efetivos e comissionados criados pela Lei nº 12.463/2011 para 2012	
Analista Judiciário	54
Técnico Judiciário	54
Cargo em Comissão	21
Função Comissionada	33

*⁹ Dependente de Orçamento para implementação

Cargos efetivos e comissionados criados pela Lei nº 12.463/2011 para 2013	
Analista Judiciário	30
Técnico Judiciário	36
Função Comissionada	9

*¹⁰ Dependente de Orçamento para implementação

Observações:

1. Informações atualizadas até a data de 14.03.2012
2. Estrutura Organizacional de acordo com a Portaria n. 20, de 09 de março de 2012.

6. CONTRATOS EM VIGOR

CONTRATOS VIGENTES					
CONTRATO	PROCESSO	EMPRESA	OBJETO	VALOR DO CONTRATO	VENCIMENTO
2008/01	332.354	Itautec	Fornecimento de estações de trabalho – microcomputadores com gerenciamento remoto para uso corporativo	R\$ 745.500,00	Apenas GARANTIA vigente até 28/10/2012
2008/18	333.021	BRASIL TELECOM S/A	Prestação de serviços de teleprocessamento por meio de dois links redundantes para transmissão de dados com velocidade mínima de 100Mbps (Megabits por segundo).	R\$ 18.665,00 (mensal) e R\$ 223.980,00 (anual)	12/01/2013
2008/20	332.929	WINPARTS COMÉRCIO, INSÚSTRIA, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Aquisição de Estabilizadores	R\$ 173.985,84	Apenas GARANTIA vigente - 24 meses do recebimento definitivo. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo no processo de pagamento
2008/28	333.349	LTA RH Informática e Comércio Representações Ltda.	Aquisição de computadores servidores (sem sistema operacional), incluindo os serviços de instalação, configuração, suporte técnicos "on site" e garantia	R\$ 18.864.000,00	Apenas GARANTIA vigente - até 8/7/2012; 12/8/2012; 27/12/2012; 14/1/2012; 28/1/2012; 3/3/2012; 11/4/2013 e 31/5/2013
2008/29	332.762	AMERICEL S.A	Prestação de serviço de telefonia móvel pessoal – SMP, pós-pago, com roaming nacional automático e roaming internacional	R\$ 575.475,00 (anual)	12/02/2012 - prorrogação em andamento

2008/39	333.131	AMC INFORMATICA LTDA	Aquisição de impressoras com tecnologia de impressão a laser ou LED colorida, incluindo os serviços de assistência técnica e garantia	R\$ 149.400,00	Apenas GARANTIA vigente - 24 meses do recebimento definitivo. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo no processo de pagamento.
2008/46	333.298	CLIP & CLIPPING COMUNICAÇÃO LTDA	Prestação de serviços especializados no monitoramento e digitalização de notícias televisivas de interesse do CONTRATANTE, veiculadas nas principais capitais do Brasil, visando a análise e o acompanhamento destas	R\$ 22.312,99 (mensal) e R\$ 267.755,90 (anual)	19/12/2012
2008/47	333.292	CAST INFORMATICA S/A	Prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico de licenças do Business Objects Enterprise Professional XI Release 2 e do Business Objects Web Intelligence (itens 1 e 2 do Pregão Eletrônico nº 30/2008)	R\$ 11.898,00 (anual)	09/05/2012
2008/48	333.292	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMATICA LTDA	Prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico do software GeoGestão Business Server – versão 4.0 (item 3 – Pregão Eletrônico nº 30/2008)	R\$ 215.000,00 (anual)	29/12/2012
2009/01	333.295	MYCLIPP SERVIÇOS E INFORMAÇÕES LTDA	Prestação de serviços de clipping "on line"	R\$ 11.316,66 (mensal) e R\$ 135.799,92 (anual)	21/01/2013

2009/06	344.559	BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de auxiliar de estocagem	R\$ 13.547,68 (mensal) e R\$ 162.572,17 (anual)	12/01/2013
2009/07	333.292	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de suporte técnico à utilização, desenvolvimento e operação assistida do módulo de geoprocessamento da solução de gestão (item 4 – Pregão Eletrônico nº 30/2008)	R\$ 298.980,00 (anual)	02/01/2013
2009/08	333.292	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de suporte técnico à utilização, desenvolvimento e operação assistida do módulo de Business Intelligence da solução de gestão (Item 5 – Pregão Eletrônico nº 30/2008)	R\$ 360.337,50 (anual)	02/01/2013
2009/11	334.612	SA CORREIO BRAZILIENSE	Prestação de serviços de publicação de atos relativos a licitações e de outras matérias de interesse do CNJ	R\$ 37.520,00 (anual)	01/07/2012
2009/14	332.900	THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A	Prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, de 02 (dois) elevadores elétricos do edifício cedido pelo TST, localizado no Setor de Abastecimento Norte – SAAN, Quadra 03, Lote 915	R\$ 377,55 (mensal) e R\$ 3.397,95 (9 meses)	08/12/2012

2009/19	336.759	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DF	A prestação de serviços, pela CONTRATADA, relacionados à disponibilização de mão-de-obra de reeducandos do Sistema Prisional do Distrito Federal	R\$ 11.628,78 (mensal) e R\$ 139.545,36 (anual)	23/06/2012
2009/27	336.023	ECT-EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	Licenciamento da Base de dados comercial do DNE – Diretório Nacional de Endereços, pela ECT ao CONTRATANTE, para uso não-exclusivo	R\$ 4.833,95 (anual)	04/10/2012
2009/40	333.851	TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA	Prestação de serviços de administração e gerenciamento informatizado de abastecimento de combustíveis dos veículos oficiais do CNJ com tecnologia de cartão eletrônico	R\$ 14.922,50 (mensal) e R\$ 179.070,00 (anual)	11/01/2013
2009/42	337.485	ASSEMP GESTÃO EMPRESARIAL LTDA. - EPP,	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de recepcionista	R\$ R\$ 215.972,86 (mensal) e R\$ 2.591.674,40 (anual)	01/12/2012
2009/53	333.655	LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	Fornecimento, implantação, manutenção e suporte técnico de solução corporativa informatizada de gestão de patrimônio, compras e almoxarifado, com plataforma aberta não proprietária	R\$ 999.771,10 (pagamento mediante recebimento definitivo)	29/03/2012
2009/56	337.541	LTA RH Informática e Comércio Representações Ltda.	Aquisição de otimizadores de Links WAN	R\$ 4.169.800,00	Apenas GARANTIA vigente - até 8/7/2013; 20/10/2013 e 23/11/2013

2009/58	337.918	VERT SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA	Aquisição de solução de armazenamento de dados de alta disponibilidade e de backup, incluindo garantia, treinamento e suporte técnico	R\$ 3.978.400,00	Apenas GARANTIA vigente - até 26/04/2012
2009/66	338.725	FAROS – TECNOLOGIA APLICADA À EDUCAÇÃO	A prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento por meio do curso básico de gestão de pessoas e processos conforme especificações indicadas no Anexo I deste Contrato	R\$ 237.000,00 - 20% após a entrega do relatório com o total de inscritos na plataforma e 80% após a finalização do curso com a disponibilização de certificados para os alunos aprovados.	Até o recebimento definitivo. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo
2010/02	338.053	BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de condução de veículos oficiais	R\$ 177.952,50 (mensal) e R\$ 2.135.430,00 (anual)	03/03/2012
2010/03	337.330	EUREXPRESS TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA	Prestação de serviço, por intermédio de agência de viagens, para a aquisição de passagens aéreas, nacionais e internacionais e emissão de seguro de assistência em viagem internacional, por meio de atendimento remoto (e-mail e telefone) e de Posto de Atendimento a ser instalado nas dependências do CNU, compreendendo serviços de reserva, marcação e emissão de passagens aéreas	R\$ 3.102.705,00 (anual) (pagamento mensal do valor demandado)	22/02/2013

2010/06	338.048	FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - FUNDAÇÃO RENATO AZEREDO	Prestação de serviços técnicos especializados sob demanda de programas de televisão e internet e divulgação institucional de cunho informativo, educacional e de orientação social.	R\$ 4.218.900,00 (pagamento por execução de itens demandados)	22/09/2012
2010/10	337.999	SERVIÇOS INFORMÁTICA - TREINAMENTO WAN	Realização de treinamentos para a solução de gerência dos appliances de aceleração/otimização de tráfego de dados para redes privadas de longa distância.	R\$ 180.744,66 (pagamento por turma treinada)	Até o recebimento definitivo da última turma. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo
2010/11	335.551	DATA GRAPHICS - VÍDEO CONFERÊNCIA	Aquisição de solução de vídeo-conferência	R\$ 507.308,98	Apenas GARANTIA vigente até 8/8/2013 e 24/8/2013
2010/13	336.628	INTELLIG TELECOMUNICAÇÕES LTDA.	Serviço telefônico fixo comutado nas modalidades longa distância nacional e local.	258.305,72 (anual)	26/05/2012
2010/15	338.220	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL	Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal do sistema digital pós-pago, na modalidade longa distância nacional e internacional, originadas de telefone móvel pessoal do CNJ.	R\$ 225.124,98	20/05/2012
2010/16	337.541	LTA RH INFORMÁTICA E COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA.	Aquisição de computadores servidores, solução de virtualização e serviço de instalação dos equipamentos.	R\$ 2.739.360,00	Até o recebimento definitivo. Pendente de verificação da data dos Termos de Recebimento Definitivo relativos a todos os Tribunais.

2010/18	335.551	DATA GRAPHICS - VÍDEO CONFERÊNCIA	Aquisição de solução de vídeo-conferência	R\$ 392.326,00	Apenas garantia vigente até 16/8/2013; 5/9/2013 e 27/9/2013
2010/19	335.184	WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de limpeza, higienização, conservação de bens móveis e imóveis nas dependências do CNJ, instaladas no DF	R\$ 41.562,59 (mensal) e R\$ 498.751,13 (anual)	31/05/2012
2010/20	335.184	WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de manutenção em sistemas elétricos nas dependências do CNJ, instaladas no DF	R\$ 2.829,03 (mensal) e R\$ 33.948,42 (anual)	31/05/2012
2010/24	339.725	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP	Prestação de serviços de suporte em tecnologia da informação referente à administração de sistemas operacionais, banco de dados.	R\$ 361.709,15 (mensal) e R\$ 4.340.510,23 (anual)	09/08/2012
2010/25	341.263	INSTITUTO DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO	Prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento por meio do curso de Administração Judiciária.	R\$ 912.530,00	Até o recebimento definitivo do objeto. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo do objeto
2010/26	337.541	LTA RH INFORMÁTICA E COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA.	Aquisição de gabinetes para computadores servidores e a prestação dos respectivos serviços de instalação.	R\$ 42.820,00	Até o recebimento definitivo. Pendente de verificação dos Termos de Recebimento Definitivo relativos a todos os Tribunais.

2010/27	340.738	Squadra Tecnologia em Software Ltda.	Prestação de serviços de manutenção preventiva e adaptativa e suporte técnico aos softwares desenvolvidos e em uso pelo GNJ.	R\$ 737.479,41 (mensal) e R\$ 4.424.876,51 (anual)	18/02/2012
2010/28	340.985	NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Prestação de serviços de telefonia móvel especializada – SME.	R\$ 12.826,90 (mensal) e R\$ 153.922,80 (anual)	18/08/2012
2010/32	334.208	EMIBM ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA	Aquisição e instalação de sistema no-break microprocessado com capacidade mínima de 80 Kva.	R\$ 116.000,00	Apenas garantia vigente - até 3/3/2012
2010/34	335.551	DATA GRAPHICS TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA	Aquisição de solução de videoconferência compreendendo: MCU (Unidade de Controle de Mídia), terminais para sala, gerenciador de chamadas (gatekeeper), servidor de encaminhamento de pedidos SIP (SIP Proxy), unidade de gerência, sistema de gravação e firewall.	R\$ 53.499,99	Apenas garantia vigente - até 24/11/2013
2010/36	337.999	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de solução de aceleração/otimização de tráfego de dados para redes privadas de longa distância.	R\$ 153.344,80	Até o recebimento definitivo das soluções. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo das soluções. Suporte Técnico de 12 meses do TRD

2010/41	337.999	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de solução de aceleração/otimização de tráfego de dados para redes privadas de longa distância.	R\$ 171.605,16	Até o recebimento definitivo das soluções. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo das soluções. Suporte Técnico de 12 meses do TRD
2010/42	334.167	METROPOLITANA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	Aquisição de impressoras com tecnologia de jato de tintas portáteis, coloridas (c/ assistência técnica).	R\$ 17.989,80	Até o recebimento definitivo dos equipamentos. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo
2010/45	338.567	CERTSIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	Serviço de emissão de certificados digitais, padrão icp-brasil, como também o fornecimento de cartões inteligentes e leitoras para armazenamento dos certificados digitais.	R\$ 176.000,00	Até o recebimento definitivo garantia e atualização 3 e 2 anos da emissão do certificado. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo
2010/46	337.541	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	Aquisição de gabinetes para computadores servidores e a prestação dos respectivos serviços de instalação.	R\$ 10.705,00	Apenas garantia vigente - até 16/6/2014
2010/47	337.541	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	Realização de treinamentos para a solução de virtualização de computadores servidores.	R\$ 75.000,00	Até a emissão do recebimento definitivo da última turma. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo da última turma
2010/48	339.559	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL	Prestação de serviços de rede WAN para o tráfego de dados, voz e videoconferência entre os órgãos do Poder Judiciário.	R\$ 433.640,36 (mensal) e R\$ 5.203.684,41 (anual)	10/11/2012

2010/50	339.928	AMERICEL S.A	Acesso móvel à internet.	R\$ 4.676,10 (mensal) e R\$ 56.113,20 (anual)	18/12/2012
2010/51	337.999	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Treinamento Wan.	R\$ 20.082,74	Até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da última turma. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo da última turma
2010/52	341.482	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	Computadores servidores.	R\$ 2.502.694,00	Apenas garantia vigente - até 24/4/2014; 24/5/2014; 29/6/2014; 13/6/2014; 20/7/2014; 27/11/2014; 6/11/2014; 12/12/2014
2010/53	342.815	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Licenças de software de virtualização de computadores (Vmware) (52 unidades).	R\$ 1.471.935,92	Até a emissão do último TRD (garantia de 36 meses de cada TRD). Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo.
2010/54	339.046	MTEL TECNOLOGIA LTDA	Infraestrutura de rede de dados, incluindo equipamentos para datacenter, switches de acesso, treinamento, garantia e suporte.	R\$ 3.654.118,98	Apenas SUPORTE TÉCNICO vigente - até 21/8/2012 - prorrogável
2010/55	341.820	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S/A	Aquisição de solução de armazenamento de dados e multiplexador para san (storage area network), incluindo treinamento e garantia on site.	R\$ 8.218.013,44	Apenas garantia vigente - até 24/2/2014; 16/3/2014; 6/4/2014; 24/4/2014 e 16/5/2014

2010/56	337.663	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL LTDA - EPP	Subscrição de licenças do software Red Hat Enterprise Linux e servidor de aplicação JBoss com atualização de versões e suporte técnico	R\$ 802.581,00	12 meses após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo. Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo.
2010/57	337.663	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP	Realização de treinamentos oficiais	R\$ 176.215,00	Até a emissão do recebimento definitivo da última turma. Pendente de emissão de Termo de Recebimento Definitivo da última turma
2010/58	341.658	EPSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Aquisição de scanners	R\$ 8.776.173,37	Até o termo de recebimento definitivo (garantia de 36 meses do TRD). Pendente de verificação da data do Termo de Recebimento Definitivo.
2010/59	341.869	ITAUTEC	Aquisição de Microcomputadores	R\$ 39.736.254,24	Até o último termo de recebimento definitivo (garantia de 48 meses do TRD). Pendente de verificação da data dos Termos de Recebimento Definitivo
2010/60	341.870	MICROSOL TECNOLOGIA S.A	Aquisição de NO BREAKS	R\$ 4.076.625,00	Até o último termo de recebimento definitivo (garantia de 12 meses do TRD). Pendente de verificação da data dos Termos de Recebimento Definitivo

2011/01	342.891	ASSOCIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE SISTEMAS INTEGRÁVEIS TECNOLÓGICO - LSI-TEC	Serviços especializados para: i) especificação de modelo de sistema digital para implantação de sistemas de registro eletrônico destinados aos cartórios de registro de imóveis no Brasil	R\$ 727.911,36	Até recebimento definitivo, na forma do cronograma (Data da assinatura + 240 dias)
2011/02	338.270	OVERSEE TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. EPP	Prestação de serviços de retransmissão de sinais da TV Plenário do CNJ para a internet	R\$ 1.125,00 (mensal) e R\$ 13.500,00 (anual)	29/01/2013
2011/03	342.392	PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de secretariado	R\$ 389.332,77 (mensal) e R\$ 4.671.993,32 (anual)	13/02/2012 - prorrogação em andamento
2011/04	341.740	CONTRATE GESTÃO EMPRESARIAL LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem	R\$ 57.024,54 (mensal) e R\$ 684.294,54 (anual)	30/07/2012
2011/05	341.788	MAXETRON SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES LTDA	Contratação de mailing jornalístico	R\$ 466,42 (mensal) e R\$ 5.597,00 (anual)	21/02/2012
2011/08	340.093	SIMES COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS E CONTROLES LTDA	Aquisição de impressoras térmicas	R\$ 2.775,00	Até o recebimento definitivo (garantia de 12 meses do TRD). Pendente de verificação da data do TRD.
2011/09	341.870	MICROSOL TECNOLOGIA S.A	Aquisição de NO BREAKS	R\$ 525.525,00	Até o recebimento definitivo (garantia de 12 meses do TRD). Pendente de verificação da data do TRD.

2011/10	341.869	ITAUTEC	Aquisição de Microcomputadores	R\$ 4.611.887,28	Até a emissão do último Termo de recebimento definitivo (garantia de 48 meses do TRD). Pendente de verificação da data do TRD.
2011/11	341.658	EPSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Aquisição de scanners	R\$ 27.320,65	Até a emissão do último Termo de recebimento definitivo (garantia de 36 meses do TRD). Pendente de verificação da data do TRD.
2011/12	341.412	JOSÉ LIVINO NETO - EPP	Fornecimento por empresa especializada de publicações periódicas (jornais e revistas)	R\$ 750,68 (mensal) e R\$ 9.008,21 (anual)	29/03/2013
2011/13	342.381	SEAL TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Fornecimento de equipamentos audiovisuais, com serviços de montagem, instalação, treinamento e operação assistida	R\$ 1.113.000,00	Até a emissão dos TRD's (garantia de 24 meses)
2011/14	342.522	A.L. COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios	R\$ 1.423,32 (mensal) e R\$ 17.079,84 (anual)	10/05/2012
2011/15	341.820	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S/A	Aquisição de solução de armazenamento de dados e multiplexador para san (storage area network), incluindo treinamento e garantia on site	R\$ 1.580.387,20	Apenas garantia vigente - até 28/9/2014; 5/10/2014; 13/10/2014

2011/16	342.082	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA	Prestação de serviço de acesso à Internet com velocidade total de 50 Mbps, por meio de dois links full-duplex, com redundância física e lógica, contemplando instalação, suporte técnico e demais serviços e hardwares necessários.	R\$ 150.000,00	03/07/2012
2011/18	341.820	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S/A	Contratação de treinamentos para solução de armazenamento de dados e multiplexador para SAN (Storage Area Network)	R\$ 121.851,90	Até a emissão do último Termo de recebimento definitivo
2011/19	344.560	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Contratação de serviço de manutenção, com suporte técnico e atualização de versões	R\$ 447.282,40	19/10/2012
2011/20	345.133	JOSÉ DOS REIS CHAVEIRO - ME	Prestação de serviços de chaveiro	R\$ 5.030,00	14/08/2012
2011/21	341.482	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	Aquisição de computadores servidores c/ garantia	R\$ 534.556,00	Até a emissão do último Termo de recebimento definitivo, ressalvada a garantia de 36 meses
2011/22	345.288	SQUADRA TECNOLOGIA EM SOFTWARE LTDA	Prestação de serviços técnicos de fábrica de software	R\$ 6.462.000,00	26/07/2012
2011/23	339.543	TECHNOCOPY SERVICE LTDA - ME	Aquisição de máquinas para cópia/impressão em cor preto e branco e colorida, incluindo assistência técnica e garantia	R\$ 40.490,00	Até a emissão do termo de recebimento definitivo (garantia de 36 meses do TRD)
2011/24	344.706	ASC - SERVICE SEGURANÇA LTDA-EPP	Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada	R\$ 69.240,42 (mensal) e	14/08/2012

					R\$ 830.885,12 (anual)	
2011/26	342.815	SERVIX INFORMÁTICA LTDA		Aquisição de licenças de software de virtualização de computadores	R\$ 314.394,08	Até a emissão do TRD, ressalvado a garantia de 36 meses do TRD
2011/27	345.630	INFORLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA		Fornecimento de mobiliário	R\$ 15.709,00	Até a emissão do TRD, ressalvado a garantia de 5 anos do TRD
2011/28	343.080	C. DIAS EPP		Aquisição, instalação, manutenção e remanejamento de persianas verticais	R\$ 14.666,16	02/10/2012 (garantia de 12 meses do TRD)
2011/29	346.247	CEB DISTRIBUIÇÃO S.A		Fornecimento de energia elétrica	R\$ 100.000,00	15/09/2016
2011/30	346.246	CAESB		Abastecimento de água	R\$ 22.500,00	03/10/2012
2011/31	339.046	MTEL TECNOLOGIA LTDA		Infraestrutura de rede de dados, incluindo equipamentos para Datacenter, Switches de acesso, treinamento, garantia e suporte	R\$ 695.000,00	Até a emissão do TRD, salvo garantia de 48 meses do Rec definitivo da entrega, instalação e configuração
2011/32	345.925	PSN TECNOLOGIA LTDA		Fornecimento de produtos McAfee, instalação, configuração, atualização da solução integrada de segurança	R\$ 15.600,00	16/10/2011 (garantia e suporte de 12 meses do TRD - prorrogável)
2011/33	345.677	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT		Prestação de serviços e venda de produtos - serviços postais e telemáticos	R\$ 450.000,00	09/11/2012
2011/34	342.151	SERVIX INFORMÁTICA LTDA		Accelerador Wan	R\$ 6.890.932,00	Até 36 meses após a emissão do TRD da última solução instalada.

2011/35	341.820	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S.A	Aquisição de solução de armazenamento de dados e multiplexador para san (storage area network), incluindo garantia on site	R\$ 316.077,44	Até a emissão do último TRD, salvo garantia de 36 meses do TRD
2011/36	341.820	CIMCORP COMÉRCIO INTERNACIONAL E INFORMÁTICA S.A	Contratação de treinamentos para solução de armazenamento de dados e multiplexador para SAN (Storage Area Network)	R\$ 24.370,38	Até a emissão do último TRD
2011/37	341.482	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA.	Aquisição de computadores servidores, com garantia	R\$ 48.596,00	Até a emissão do último TRD, ressalvado o período de garantia de 36 meses.
2011/38	345.630	INFORLINE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	Fornecimento de mobiliário	R\$ 8.969,74	Até o recebimento definitivo, ressalvada garantia de 5 anos do TRD
2011/39	345.631	TECNOLINEA INJETADOS PLÁSTICOS LTDA	Fornecimento de mobiliário	R\$ 33.799,80	Até o recebimento definitivo, salvo garantia de 5 anos do TRD.
2011/40	342.815	SERVIX INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de licenças de software de virtualização de computadores	R\$ 28.581,28	Até a emissão do último TRD, ressalvado o período de garantia de 36 meses.
2011/41	343.555	MODULO SECURITY SOLUTIONS S.A	Aquisição de solução para segurança da informação, módulo Risk Manager, Gestão de migração de datacenter, gestão de riscos e gestão de continuidade de negócios	R\$ 808.000,00	12 meses, a partir da emissão do TRD, ressalvado garantia de 24 meses após o TRD
2011/42	346.315	INOVA TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação - help desk	R\$ 124.000,00 (mensal) e R\$ 1.488.000,00 (anual)	29/11/2012

2011/43	346.767	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE	Prestação de serviços de agente de integração para intermediar a realização de estágio supervisionado de estudantes	R\$ 28.262,82 (mensal) e R\$ 339.153,84 (anual)	29/11/2012
2011/44	339.046	MTEL TECNOLOGIA LTDA	Aquisição de infra-estrutura de rede de dados, incluindo equipamentos para <i>datacenter</i> , <i>switches</i> de acesso, treinamento, garantia e suporte	R\$ 225.000,00	Até o recebimento definitivo do objeto, ressalvado o período de garantia de 48 meses
2011/45	341.598	AMC INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de multifuncional monocromática	R\$ 35.580,00	Da assinatura até 90 dias após o TRD
2011/46	347.068	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Fornecimento de solução de operacionalização da Central Nacional de Informações Processuais do Poder Judiciário - CNIP	R\$ 44.976.578,00	22/12/2012
2011/47	345.813	INFORME - COMUNICAÇÃO INTEGRADA SS LTDA	Prestação de serviços na área de Assessoria de Comunicação Social nas categorias de editor, repórter, redator publicitário, repórter-fotográfico, diagramador, programador visual e revisor de textos	R\$ 293.783,95 (mensal) e R\$ 3.525.407,41 (anual)	27/12/2012
2011/48	346.633	PRISMA SYS INFORMÁTICA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	Prestação de serviço de suporte técnico com atualização de versões para 5 (cinco) licenças de <i>software</i> de consulta e extração de dados e relatórios do SIAFI (CONSIAFI MULTIPLATAFORMA)	R\$ 1.250,00 (mensal) e R\$ 15.000,00 (anual)	19/01/2013

2011/49	345.346	TECNISYS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. - EPP	Prestação de serviços especializados em tecnologia da informação para manutenção preventiva e adaptativa e suporte técnico aos softwares desenvolvidos e em uso pelo Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos do Poder Judiciário	R\$ 836.051,42 (mensal) e R\$ 10.032.617,04 (anual)	25/01/2013
2011/50	347.163	ACECO TI LTDA.	Sala Cofre	R\$ 8.690.000,00	Até a emissão do TRD, ressalvado garantia de 12 meses após o TRD
2011/51	345.644	JAIME GUIMARÃES COSTA INFORMÁTICA ME	Aquisição de 1 (uma) Licença de Software JIRA versão 4.4 ou superior para acesso ilimitado de usuários, incluindo os serviços de suporte técnico e atualização	R\$ 22.647,00	Até o recebimento definitivo das licenças, ressalvado o período de suporte técnico e atualização de versões do software que será de 12 (doze) meses, contados da emissão do TRD
2012/03	347.068	NTC – NÚCLEO DE TECNOLOGIA E CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA LTDA	Fornecimento de solução de operacionalização da Central Nacional de Informações Processuais do Poder Judiciário - para o item serviços técnicos especializados de customização da solução	R\$ 3.580.806,00	07/02/2013

**7. SINDICÂNCIAS,
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E
TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS**

7. Sindicâncias, Processos Administrativos Disciplinares Internos e Tomadas De Contas Especiais

7.1. Procedimentos Preliminares

Procedimento Preliminar nº 347174, instaurado em data de 30.11.2011 (*).

7.2. Tomadas de Contas Especiais

Em Agosto de 2008 a Comissão de Inventário designada por meio da Portaria nº 161 de 04 de agosto de 2008, relatou a não localização dos bens que estavam sob a responsabilidade do Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação do CNJ - DTI.

Em 05/05/2009, a Portaria nº 459 instituiu Comissão para proceder a busca detalhada dos bens não localizados e atualizar o rol dos bens e das cargas patrimoniais. Após o resultado dos trabalhos, foi constituída Comissão de Sindicância para apurar os fatos.

Tendo em vista alguns questionamentos levantados pelos integrantes da Comissão, os trabalhos foram suspensos e retomados em 08/2009. Em dezembro de 2009 a Comissão decidiu responsabilizar o servidor pelo desaparecimento dos bens. Em abril/2010 foi encaminhada intimação para o servidor para que ele se manifestasse sobre a conclusão da sindicância. Em 07/2011 a Secretaria de Controle Interno informou ao TCU, por ocasião da apresentação das peças para a prestação de contas do presidente do CNJ, que os procedimentos para o ressarcimento estavam em andamento. Em 08/2011 foi designada uma nova Comissão para os procedimentos relacionados ao ressarcimento.

Tendo em vista, o resultado da sindicância, bem como o valor de R\$ 209.256,00 equivalente aos bens desaparecidos e o tempo decorrido desde o desaparecimento dos bens, a Secretaria de Controle Interno solicitou em fev/2012 o processo administrativo relacionado com a sindicância, para determinar ao gestor a abertura de uma Tomada de Contas Especial - TCE a fim de obter o ressarcimento ao erário. As peças que compõem a TCE serão encaminhadas ao Tribunal de Contas da União para que a Corte de Contas julgue as contas do servidor responsabilizado pela sindicância.

Esta informação constará da prestação de contas que será encaminhada ao TCU em abril/2012.

(*) Processo tramita em sigilo

8. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

8. Informações Adicionais

8.1. Comissão de Regimento Interno

Integrantes:

Presidente Conselheiro José Roberto **Neves Amorim**.
 Conselheiro Fernando da Costa **Tourinho Neto**.
 Conselheiro José Guilherme **Vasi Werner**.
 Conselheiro **Jorge Hélio** Chaves de Oliveira.
 Conselheiro **Marcelo Nobre**.

Diversas disposições regimentais se tornaram ultrapassadas em vista da jurisprudência deste Conselho e, fundamentalmente, do Supremo Tribunal Federal. A fim de garantir transparência ao funcionamento do Conselho, o Plenário avançou nas discussões para a atualização do regimento interno, instituído comissão através da Portaria n.º 86/2011. As propostas ainda estão em debate, mas, em breve, deverão ser apreciadas pelo Pleno.

8.2. Segurança Institucional de Magistrados

Integrantes:

Presidente: Corregedora Ministra **Eliana Calmon**
 Conselheiro José Roberto **Neves Amorim**,
 Conselheiro **Silvio Luis Ferreira da Rocha**
 Conselheiro **Gilberto Valente Martins**
 Conselheiro **Jefferson Kravchychyn**

Em vista de constantes ameaças e atentados a membros do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça criou um grupo de trabalho, através da Portaria n.º 80, de agosto de 2011, para estudar propostas de melhoria nos serviços de segurança pessoal. Está sob análise dos Conselheiros, minuta de Resolução a fim de disciplinar a proteção de magistrados.

8.3. Comitê Gestor da Conciliação

A nova composição da comissão, instituída pela Portaria n.º 110/2011, deu continuidade aos projetos que a composição anterior estava desenvolvendo. Dentre eles, assume especial importância a Semana Nacional de Conciliação que ocorreu em 28 de novembro de 2011, procurando convocar os “grandes litigantes” do Poder Judiciário nacional.

Essa abordagem foi responsável pelo aumento do valor médio de acordos homologados nas audiências de conciliação. Em 2011, foram 167 mil acordos com mais de R\$ 1 bilhão homologados.

Em 2011, também ocorreu a segunda edição do Prêmio Nacional de Conciliação que, na ocasião, premiou não apenas os tribunais que obtiveram o maior

número de acordos em relação à sua população, mas também as melhores práticas. Mereceram destaque, neste ponto, as iniciativas de conciliação do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

Paralelamente às atividades da Semana, o Comitê realizou diversas inspeções acerca da implementação da Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. A Resolução determina que os Tribunais criem núcleos de conciliação de modo a descentralizar a política nacional judiciária de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. O Comitê pôde, assim, constatar a expressiva adesão de todos os órgãos do Poder Judiciário, o que permitirá, neste ano de 2012, a definição de um planejamento estratégico a fim de que as práticas autocompositivas transformem positivamente a imagem do judiciário.

Em parceria com a Corregedoria Nacional, foram feitos, ainda, Mutirões de Conciliação no âmbito da Justiça Federal em processos do Sistema Financeiro da Habitação. O trabalho é particularmente complexo porquanto a conciliação em relação a empresas públicas não raro encontra obstáculos na escusa da indisponibilidade do interesse público. Não obstante os desafios, os mutirões do Sistema Financeiro da Habitação foram responsáveis por recuperar recursos do FGTS que retornam ao sistema para a concessão de novos empréstimos e, ainda que modestamente, contribuem para redução dos juros da habitação.

Objetivos futuros. A descentralização da conciliação, por meio dos núcleos regionais, permitirá a construção consensual da estratégia nacional de conciliação. A meta é aproximar a justiça da cidadania, de modo a transformar a imagem do Poder Judiciário como um órgão cada vez mais técnico e mais profissional. A proximidade permitirá, ainda, a identificação de demandas e a necessidade de especialização das técnicas de autocomposição, destacando-se, em particular, as mediações em direito ambiental, previdenciário e consumerista.

8.4. Relatório de Gestão Fiscal

O Relatório de Gestão Fiscal encontra-se disponível na página do CNJ, no endereço:

<http://www.cnj.jus.br/arquivos/file/391-portaria-n-002-2012-rgf2011-3-g>

8.5. Relatório Anual

O Conselho Nacional de Justiça tem a atribuição de elaborar um relatório anual, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do próprio CNJ conforme disposto no art. 103-B, § 4º, VII, da Constituição Federal.

Esse documento deve ser discutido e aprovado na última em sessão plenária do CNJ e integra mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

O Relatório Anual de 2011 encontra-se disponível na página do CNJ, no endereço:

http://www.cnj.jus.br/images/relatorios-anuais/atividades/revista_relatorio_anual2011_web.pdf